

A SEMANA na África

Clipping sobre PALOP e África Austral

05 a 11 de abril de 1992 nº 32

ANGOLA: Os desdobramentos da crise da UNITA

A atual crise da UNITA assumiu maiores proporções em decorrência, fundamentalmente, de três fatores: as fortes acusações de violação dos direitos humanos, a posição dos dissidentes na hierarquia do movimento, e a repercussão internacional num período de preparação para as eleições, quando o discurso mais desenvolvido é o da democracia e o respeito aos acordos de Bicesse.

A existência de outras dissidências, em um passado muito recente, com a ausência de alguns desses ingredientes, comprovam tal afirmação. Em maio de 1988, um grupo de estudantes da UNITA rompeu, em Lisboa, com a sua direção acusando-a de violação dos direitos humanos. Savimbi respondeu de imediato afirmando que aquele grupo estava a serviço do MPLA numa campanha de difamação contra a UNITA. Três meses mais tarde é a vez de Jorge Chicoti (segurança de Savimbi) e Alcides Justo abandonarem o movimento, ambos porém, optaram pela saída sem contestação pública. No primeiro caso as acusações foram implementadas por setores que não detinham o poder dos atuais dissidentes e no segundo, o silêncio impediu maiores repercussões. No entanto, ambas tiveram algo em comum: ocorreram num momento em que a UNITA atuava como movimento de oposição ao governo e, em consequência, não era obrigado a demonstrar a transparência, que hoje necessita. O processo de transformação da UNITA de movimento em partido político, tem apresentado uma série de problemas, que demonstram a dificuldade de ajustamento da organização à vida civil e democrática. A direção ditada anteriormente implementada por Jonas Savimbi, não se mostra eficaz quando precisa gerenciar as diversas tendências, sempre existentes, em qualquer organização política e agrava ainda mais este processo de transformação.

Quanto às repercussões internacionais, a atual crise da UNITA é condensada nas acusações de violação dos direitos humanos, que como consequência mais importante, pode ser responsável pelo fim da ajuda

NESTA EDIÇÃO:

Angola: eleições marcadas
p.03

O enclave de Cabinda
e suas diversas tendências
p.04

Cólera
em Moçambique
p.10

P.A Swanepoel, embaixador sul-africano em Portugal, escreve sobre a "Nova Ordem Democrática na África do Sul"
p.12

financeira, ou, o que é mais provável, a diminuição desta, por parte dos EUA. A estratégia americana de apoio a Savimbi ficou muito prejudicada, pois o líder da UNITA afirmou, nos fins do ano passado à sub-comissão para a África do congresso norte-americano, que Tito Chingundji estaria vivo e seria apresentado em janeiro deste ano à imprensa internacional. Esta afirmação, logicamente, não pode ser cumprida, pois Tito já havia sido assassinado na época deste pronunciamento juntamente com Wilson dos Santos. Para desespero da UNITA o prazo para o cumprimento da autorização do congresso norte-americano de auxílio ao movimento expirou formalmente na semana passada.

O MPLA, no entanto, começa a demonstrar uma certa incapacidade política na busca por maiores dividendos face a crise da UNITA. A sua estratégia neste momento deveria ser direcionada no sentido da democratização do partido, com a possibilidade da convivência entre as diversas tendências históricas no interior do movimento. Esta postura que demonstraria um alto grau de amadurecimento político, a UNITA, por sua vez, não consegue desenvolver no seu processo de transformação em partido político.

Informativo de circulação restrita editado pelo Programa de Estudos Africanos do CENTRO DE ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS -- CEA do Conjunto Universitário Candido Mendes.

Secretaria: Ana Cristina Macedo de Souza. Rua da Assembléia, 10, Sala 501. Telefone: 224-8622

R. 259; 221-3536; Fax: (5521) 2324782. Rio de Janeiro -- Brasil Cep: 20011.

Todavia, o Comitê Central do MPLA parece não compartilhar desta idéia, já que manteve seus atuais membros, inclusive os que possuem graves acusações de corrupção, e negou a criação do posto de vice-presidente, que atenderia aos anseios de Daniel Chipanda, o organizador da campanha de reaproximação dos grandes quadros do partido que haviam se afastado. Existe ainda uma possibilidade de alteração nesta postura, que parece desconhecer as arduas lutas de uma disputa eleitoral, através da realização do congresso do partido, marcado para fins de abril. (pp. 01 a 09)

MOÇAMBIQUE: Cólera e massacres

Moçambique tem, registrados, 3251 casos de cólera, segundo dados divulgados pela OMS (o total declarado de casos na África é de 3703). O jornal Público reportou a ocorrência de um massacre no Centro Catequético do Guínia (a 10 quilômetros de Inhambane), no dia 22 de março. De acordo com um texto do bispo da diocese, 14 famílias de catequistas encontram-se no Centro para assistir a um curso de formação. Não é possível, aparentemente, identificar quem seria responsável por este ato bárbaro, onde os assaltantes raptaram as pessoas que não conseguiam fugir, e após selecionar as que permaneceriam com eles, assassinaram as demais. O saldo foi de 23 mortos, entre os quais cinco crianças.

A AIM, agência governamental de informação, denunciou que a Renamo fez uma emboscada em Chonguene, na província de Gaza, a 18 quilômetros de Xai-Xai; nove pessoas morreram, e oito ficaram feridas. Teriam sido raptadas diversas pessoas, em número indeterminado. (p. 10)

ÁFRICA DO SUL: quem reinará realmente governará?

Prosseguem as negociações para o delicado projeto de constituição de um governo democrático multiracial. Algumas projeções delimitam o prazo de quatro meses (o ANC fixou o mês de julho) para que representantes da maioria negra componham um Poder Executivo de transição.

A proposta apresentada pelo ANC no âmbito da CODESA adianta que o seu plano de transição inclui a eleição de uma Assembleia Constituinte com 400 representantes eleitos. Entre os quais, 40 especialistas elaborariam uma Constituição no prazo máximo de quatro meses.

As divergências vão desde o Inkhata que tenta impedir as eleições gerais alegando que antes deverá cessar a violência política e étnica; passa pela proposta do PN para a divisão em duas Câmaras da futura Assembleia. A Câmara Alta simplesmente cederia poder de veto às minorias (sem dúvida, uma armadilha política que o ANC deve rejeitar terminantemente); outro ponto de discordância é sobre a percentagem que cada força política deve alcançar para ser representada na Assembleia; outras divergências incluem as oposições à esquerda (PAC, AZAPO, BCM e outros) e à direita (Partido Conservador e outros grupos).

Quando o PN propõe a criação de governos regionais federados ou confederados (proposta que parece encontrar apoio no Inkhata e em outras forças políticas), e o ANC contrapõe com a proposta de uma África do Sul unitária, o que devemos ter em mente é que no caldeirão político que se constituirá a Assembleia Constituinte, em jogo estará não apenas a desejável fixação constitucional da futura democracia multiracial sul-africana, mas, essencialmente, a ordem econômica e as estruturas de poder que sustentarão ou não aquele emblema democrático. (p. 11 e 12)

Turismo: PALOP e a experiência das Caraíbas

OS PROVENTOS de uma cooperação entre instituições públicas e privadas que funcione no sentido Norte-Sul complementam-se também com os ganhos a adquirir de uma troca de experiências entre países do Sul.

A este respeito pode assinalar-se que, para o continente africano, as melhores lições vêm tanto das Caraíbas, ou Antilhas, como dos pequenos «dragões» da região indochinesa que são, por exemplo, Hong-Kong e Macau.

Se do Golfo do México se extrai uma especialização na oferta de produtos turísticos centrados no alvo «sol/praias», do lado do oceano Índico tem-se aprofundado melhor o aproveitamento dos casinos e do jogo.

Neste contexto, uma cooperação Sul/Sul só pode efectuar-se, para ser eficaz e mutuamente vantajosa, se tiver em conta as

peculiaridades da experiência de cada um. Não se procuram parceiros para uma troca de valores que não se tenha devidamente ensaiado e provado com êxito no seu próprio terreno.

O que teriam a aprender os países integrantes do grupo dos «cinco» da lusofonia africana, da experiência turística de eventuais parceiros do Sul dos arquipélagos das Antilhas e/ou de Hong-Kong e mesmo de Macau?

Numa altura em que Cabo Verde parece empenhado em valorizar o «trânsito» pelo seu território de dezenas de originários destas ilhas orientais em troca de uma certa rentabilização das suas possíveis estadas (v. EXPRESSO de 7/3/92), pode pensar-se que a fonte de rendimentos neste caso seja essencialmente demográfica.

E quando alguns responsáveis turísticos das Caraíbas afirmam que «the time has come for us to look towards exchange of visits with Africa», como sublinhou a revista *The Courier* (Setembro/Octubre, 1990), dos ACP/CEE o ministro do Turismo e dos Desportos de Barbados, o caminho encontra-se aberto para uma melhor transferência de conhecimentos entre antilhaneses e africanos.

Este dirigente reconheceu que os das Caraíbas «would be stupid not to really escalate their efforts to turn to their brothers in Africa», na medida em que levaram algum tempo a dar-se conta do fosso que ainda separa as trocas turísticas entre os dois continentes.

De qualquer modo, e graças a uma melhor oportunidade de conhecimento recíproco que caracteriza actualmente as relações internacionais, falta perguntar se os africanos saberão corresponder a estas solicitações para desenvolver os seus próprios empreendimentos turísticos e explorar com a maior rentabilidade possível estes novos «corredores» da cooperação.

Quando, após a recente cimeira de chefes de Estado realizada em S. Tomé, os membros dos cinco países africanos de língua oficial portuguesa se decidiram pela clara orientação do grupo no sentido de uma maior rentabilização económica dos seus laços históricos e das suas relações de cooperação, não seria estranho que também no domínio do turismo obtivesse daqui em diante maior atenção, tanto no interior do grupo como com os outros parceiros da mesma área linguística que são o Brasil e Portugal.

Em matéria de cooperação Sul/Sul, ao nível destes países, não seria surpresa que por exemplo o turismo de S. Tomé e Príncipe recebesse de Cabo Verde quadros e pessoal com alguma experiência, e de Angola algum capital para investir neste tipo de empreendimento?

Mesmo entre países com economias em vias de desenvolvimento, o turismo como fonte de receitas complementares pode beneficiar também dos «imperfeitos» (por vezes mais directos) laços de cooperação. Torna-se necessário reconhecer as alternativas que permite num contexto internacional economicamente mais estratificado e com uma segmentação de mercado cada vez mais ajustada às aspirações da livre concorrência.

J. Carlos Ribeiro
Lisboa

Brasil renegocia

O BRASIL pretende iniciar em Junho o processo de renegociação das dívidas dos cinco países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP), segundo anunciou o jornal "O Estado de São Paulo" na sua edição de ontem. Os países em causa surgem todos como devedores de Brasília, num montante que ascende a dez mil milhões de dólares (1420 milhões de contos). O Governo brasileiro promete assumir o mesmo rigor dos seus credores e cobrará o pagamento dos empréstimos sem descontos.

Angola em Sevilha

APESAR DE A Comunidade Europeia ter pago as despesas de construção do "stand" de Angola no Pavilhão Angolano da Expo-92 -- que abre no dia 20 --, este país necessita gastar com a sua participação cerca de 70 mil contos, que o Governo local se recusa a disponibilizar, informa a agência Lusa. Por isso, os organizadores da representação em Sevilha procuram financiamento junto de empresas nacionais e estrangeiras, aguardando mesmo a resposta de alguns "bancos portugueses", admitiu Ana Oliveira, comissária angolana para a Expo. Ana Olivei-

ra afirmou que a delegação de Angola, apesar de "modesta", representará o país "com uma certa dignidade, mostrando as suas potencialidades". O "stand" de Angola terá 180 metros quadrados e está a ser decorado pelo artista plástico António Ole, de acordo com uma concepção do arquitecto Jorge Bettencourt. "A nossa presença terá uma forte componente cultural que será complementada, durante os seis meses, com acções na área do turismo, hotelaria, indústria, agricultura e pescas", afirmou a comissária. Pelo "stand" passarão artistas plásticos com exposições individuais e colectivas, grupos de dança, teatro e música, e escritores como Costa Andrade, João Mieló, Luatidino Vieira, Oscar Ribas, entre outros.

PÚBLICO

QUINTA-FEIRA, 2 ABRIL 1992

PRD ANGOLANO REABRE QUESTÃO DO 27 MAIO — O Partido Renovador Democrático (PRD) entregou uma carta aberta ao Presidente José Eduardo dos Santos, pedindo esclarecimentos sobre as "mais de 30 mil pessoas presas", após os acontecimentos do 27 de Maio de 1977. Nesta data, verificou-se em Luanda um golpe de Estado dirigido por Nito Alves, chefe de uma fracção do MPLA, a cujo fracasso se seguiu uma vaga de repressão. A carta, cujo conteúdo foi ontem revelado à Lusa, pelo secretário-geral do PRD, Luís dos Passos, lembra ao Presidente que "dezenas de milhares de angolanos" foram detidos pelo "Estado, por decisão do Bureau político do MPLA, de que José Eduardo dos Santos era membro", na altura.

Expectativa no Leste de Angola

Savimbi fala hoje

PÚBLICO

SÁBADO, 4 ABRIL 1992

JONAS Savimbi, líder da UNITA, volta hoje aos actos públicos, depois de mais de um mês de recolhimento na Jamba, seu quartel-general, no Sueste de Angola.

O homem que há mais de 17 anos combate o MPLA faz um comício em Luena e segue depois para Luanda, onde amanhã dá uma conferência de imprensa, a primeira desde que em fins de Fevereiro seguiu para a Jamba, alegadamente por ter um irmão muito doente.

O comício de Luena deve ser dominado pelas conclusões do inquérito às circunstâncias em que foram mortos Tito Chingui e Wilson dos Santos, antigos dirigentes da UNITA. A questão ganhou ainda maior acuidade após a carta enviada por Savimbi à administração norte-americana, a confirmar as mortes e a responsabilizar por elas Miguel N'Zau Puna, que o mês passado se afastou do movimento. Puna reagiu de imediato, chamando "mentiroso" ao seu antigo chefe.

Abel Chivukuvuku, responsável pelas relações exteriores do grupo de Savimbi, admite a possibilidade de o "líder" intervir amanhã num comício previsto para Luanda, depois da conferência de imprensa que

deverá dar logo à chegada.

A escolha de Luena como ponto de partida para um novo périplo do presidente da UNITA pelo território angolano, a cinco meses das eleições legislativas e presidenciais, não foi explicada por nenhum dos dirigentes contactados pelo PÚBLICO, admitindo-se porém que possa ter a ver com o facto de ali ter começado há dias a desmobilização dos dois antigos exércitos de Angola.

Barómetro de popularidade

Um comício em Luanda seria um barómetro da popularidade do grupo na capital, depois das deserções de N'Zau Puna e de Tony da Costa Fernandes e da revelação das mortes na Jamba, assuntos em destaque nos órgãos de comunicação social tutelados pelo Governo (Rádio, Televisão, agência noticiosa e "Jornal de Angola").

Para já, os luandenses parecem sobretudo preocupados com a devolução pelo Banco de Angola do dinheiro que lhes ficou retido aquando da troca da moeda em Setembro último, devolução que nos úl-

timos três dias provocou filas intermináveis à porta das agências bancárias.

A UNITA convidou órgãos de comunicação social portugueses a estarem presentes no comício de hoje em Luena e na conferência de imprensa de amanhã, tendo chegado a sugerir a hipótese de uma visita à Jamba. Mas a deslocação não se efectua, tal como ontem aconteceu com os jornalistas que se preparavam para acompanhar ao quartel-general de Savimbi um grupo da Comissão Mista de Verificação e Fiscalização (CMVF).

Já no aeroporto de Luanda, segundo o relato da agência ANGOP, o brigadeiro Mackenzie, chefe-adjunto da UNITA na CMVF, manifestou-se contra a presença dos jornalistas, por considerar que se tratava de "uma missão de fiscalização e não de propaganda".

A questão da Jamba ameaça ser uma das mais complicadas do futuro próximo, dado que Luanda não consegue fazer chegar ali a administração central do Estado. E, enquanto isto, a Assembleia do Povo continua reunida na capital, para aprovar as leis que regerão o processo eleitoral.

António Matos, em Luanda

Ontem na província do Moxico

FEBREIRO QUARTA-FEIRA, 1 ABRIL 1992

Militares angolanos iniciam regresso a casa

A DESMABILIZAÇÃO dos militares da UNITA e do MPLA começou ontem, com uma cerimónia em que ambos os partidos reafirmaram a aposta na paz. O cenário escolhido — a província do Moxico — teve muito de simbólico, foi o palco dos últimos combates armados entre o MPLA e a UNITA e foi também aqui que, pela primeira vez, os comandantes das frentes de combate dos dois lados se sentaram à mesma mesa, em Maio do ano passado.

OCPPM.

Transportados de helicóptero desde Luena, cidade capital da província do Moxico, a comitiva

da CCPM e os jornalistas dirigiram-se para o Leste, sobrevoando um mosaico de savana e floresta aberta ao longo de cerca de 20 quilómetros. Chegaram, então, ao acantonamento de Kamitono, onde 5783 militares das FAPLA aguardavam a cerimónia da desmobilização.

O ambiente era de descontração, sob um calor torrado. Simbolicamente, foram entregues os passaportes a cinco dos militares a serem desmobilizados, que receberiam também um envelope contendo o primeiro pagamento do subsídio para apoio à reintegração social — um soldado receberá por mês 22 m, novos kuanzas, cerca de 13 dólares no câmbio livre. A impossibilidade de transportar ao mesmo tempo todos os desmobilizados para as suas terras de origem obriga a que a maioria permaneça no acantonamento até ao próximo dia 8 de Março.

Ao mesmo dia, iniciou-se a viagem para o acantonamento da

UNITA. De Kamitono até à Chitola, em direcção ao Oeste, os helicópteros das Nações Unidas percorreram cerca de 50 quilómetros. Ali estão acantonados 2872 militares das FALA, o exército da UNITA.

Com o suor persistente dos tambors e dos cantos de guerra, quem chega activinha ao longe um ambiente de festa. Mas não se perde a rigidez no campo de futebol desta sanzala: os honerários mantêm-se em sentido durante mais de três horas, para ouvir discursos.

As duas vertentes acabaram sem sobressaltos. Em Kamitono, o representante do Governo angolano, tenente-general António dos Santos França "N'Dalé", falou de um passo decisivo: "Este momento era aguardado por muitos, não só os militares a serem desmobilizados, mas pelo nosso povo, porque demonstra que estamos no caminho da paz."

Por seu turno, o chefe da representação da UNITA na CCPM,

Salupeto Pena, fez na Chitola um discurso recheado de videntes e apelos à paz: "Os desmobilizados devem ser mensageiros da paz e conciliação nacional de todos os angolanos." Para Salupeto Pena tinha sido dado "o passo, mas um portante para a paz, desde o cessar-fogo".

Também os representantes da Rússia e dos Estados Unidos de América, Vladimir Pavlov e Jeffrey Millington, afirmaram ter sido reforçado o processo de paz, mas não tinham as dificuldades que se esperam até às eleições de Setembro. "Ainda há de trabalhar, mas os partidos vão superar. Mas difícil vai ser a preparação das eleições, sobretudo o processo eleitoral num país tão grande e com tão poucas estruturas vai ser muito complicado. Mas as eleições livres têm de se fazer em Setembro, porque são a única saída para este povo e para o país", sintetizou Jeffrey Millington.

António Malos, na cidade de Luena

Desmobilização e eleições

EXPRESSO, SÁBADO 4 DE ABRIL DE 1992

dão novas garantias de paz

O ANÚNCIO, pelo Presidente José Eduardo dos Santos, da data das eleições gerais em Angola — em 29 e 30 de Setembro — e a próxima aprovação do pacote legislativo que vai regular o processo eleitoral abrem uma nova fase na aplicação dos acordos do Estoril, capaz de caucionar mais garantias de pacificação e democratização do país.

Eduardo dos Santos afastou qualquer hipótese de vincular a sua proposta à data indicada por Jonas Savimbi, que apontava como data ideal para a realização do acto eleitoral o último fim-de-semana de Setembro.

A sessão do parlamento angolano decorre depois de prolongadas consultas multilaterais e bilaterais entre o Governo e a oposição, mergulhados num braço-de-ferro que tem feito aumentar o tom das críticas das forças políticas à forma como alegadamente o Executivo manipula a discussão das leis reguladoras da transição.

Em Luanda pensa-se que esta sessão possa produzir acesas discussões em torno dos principais instrumentos jurídicos que geram polémica entre o Governo e a oposição, com esta a ser acusada por Eduardo dos Santos de ser a principal responsável pelo atraso verificado na aplicação desses instrumentos. A obrigatoriedade da livre circulação de pessoas e bens e a extensão da administração do Estado às áreas controladas pela UNITA constituem um dos pontos que deverá levar os deputados a

tomarem uma posição de maior dureza em relação ao movimento de Jonas Savimbi.

Eduardo dos Santos, de resto, não pouparia a UNITA, ao vincular as recentes deserções de altos dirigentes rebeldes aos preocupantes níveis de violação dos direitos humanos que se registam nas suas áreas de controlo. Apesar do tom mar-

cadamente crítico, o Presidente revelou-se prudente e defendeu uma actuação serena e apaziguadora do Governo que «acentuará a democratização da sociedade angolana». Entretanto, em carta-aberta recentemente dirigida ao Presidente da República, o PRD pretende saber o destino dado às vítimas da intenciona de 27 de Maio.

Aparentemente indiferente às investidas da oposição, que reclama a realização de um debate a nível nacional sobre os direitos humanos em Angola, é na preservação da paz que Eduardo dos Santos continua a fazer a sua principal aposta, imputando responsabilidades à UNITA pelas suas frequentes violações.

A simultaneidade das eleições presidenciais e legislativas, os mecanismos de voto e recenseamento e a observação internacional do sufrágio parecem constituir temas dominantes nos trabalhos do Parlamento, que deverão prolongar-se por uma semana.

A assembleia do povo reúne-se, entretanto, numa altura em que os angolanos vêem nascer uma nova luz de esperança na

consolidação da paz, com o início formal da desmobilização dos primeiros efectivos militares das FAPLA e das FALA. Curiosamente, também a província do Muxico, palco da batalha dos 45 dias que antecedeu a assinatura dos acordos do Estoril há um ano, foi o cenário escolhido para, simbolicamente, seis militares das forças governamentais e 20 das FALA despirem definitivamente as fardas.

A cerimónia do Luena enquadra-se ainda, no entanto, numa fase experimental do processo de desmobilização, visto por alguns observadores como «expressão da vontade efectiva das suas partes acelerarem o desmantelamento dos dois partidos armados». Os militares de ambas as partes, cansados de guerra, parecem pretender imprimir uma dinâmica de trabalho na comissão das forças armadas (CFA), que ultrapassa as querelas eleitoralistas, que dividem as cúpulas do MPLA e da UNITA.

A própria crise que o movimento de Jonas Savimbi atravessa neste momento parece estar a ser, aliás, ignorada pelos militares, que exibem uma postura moderada e desdramatizadora, em relação a eventuais focos de tensão.

Observadores estrangeiros na CCPM reconhecem, no entanto, que o processo de desmobilização não será fácil. Os mecanismos técnicos de enquadramento social dos desmobilizados está a preocupar a opinião pública, receosa de ver engrossar o exército de

desempregados, se não forem tomadas medidas suplementares de protecção dos militares. A UNITA, de resto, tem-se manifestado apreensiva quanto ao destino dos seus homens, cujo perfil é diferente dos militares das FAPLA, que entre soldados e sargentos receberam cerca de 10 a 18 contos de recompensa, correspondentes a cinco anos de vencimento. Os oficiais a desmobilizar deverão receber 30 contos, devendo o Governo disponibilizar para

toda a operação de cobertura financeira dos salários dos desmobilizados de ambos os exércitos cerca de 71 mil milhões de kuanzas e 51 milhões de dólares.

Entretanto, prevê-se que até dia 8 sejam desmobilizados cerca de mais 3 mil militares, cujos programas de reintegração social poderão vir a beneficiar de facilidades de créditos por parte de vários

bancos sul-africanos. Da África do Sul deverão chegar ainda em breve a Angola viaturas «todo-o-terreno», que se destinarão aos desmobilizados. Luanda deverá, entretanto, enviar brevemente para Pretória militares para receberem formação no domínio da desminagem, ao mesmo tempo que os dois países poderão formar uma empresa mista neste domínio. Angola deverá, por outro lado, iniciar a

exportação da sucata de veículos militares destruídos durante a guerra, cuja reconversão poderá vir a beneficiar a indústria angolana de construção civil, numa operação que inaugura um ciclo de intervenção cada vez mais actuante dos sul-africanos na consolidação da paz e na reconstrução económica de Angola.

Gustavo Costa
em Luanda

Ajuda de emergência para Angola

PUBLICO

SEXTA-FEIRA, 3 ABRIL 1992

A COMISSÃO Europeia decidiu conceder cerca de 360 mil contos de ajuda alimentar de urgência a Angola, soube-se ontem em Bruxelas.

A ajuda inclui 1800 toneladas de óleo vegetal e 350 toneladas de outros produtos. É concedida ao abrigo da Quarta Convenção do Lomé — acordo de cooperação entre a Comuni-

dade e os Estados da África, Caraíbas e Pacífico.

Em comunicado ontem divulgado, a Comissão refere alguns dos maiores problemas que afectam a população angolana, 11 meses após o fim da guerra civil, sublinhando o carácter urgente da ajuda. Alguns dos motivos citados: o regresso em massa de refugiados vindos

do Zaire e da Zâmbia, a desmobilização dos soldados, os riscos crescentes de epidemias suscitadas pela existência de milhares de desalojados em estado de subnutrição.

Angola é um dos países contemplados pelo programa de ajuda alimentar extraordinário que ontem foi também proposto aos Doze pela Comissão. ■

A aposta na formação profissional

PUBLICO

QUINTA-FEIRA, 2 ABRIL 1992

EM ANGOLA, cerca de 150 mil homens vão regressar até Agosto à vida civil. Enquanto se manifestam receios de que muitos venham a recorrer à delinquência para sobreviver, está já em curso um programa de formação profissional que pode atingir 60 mil desmobilizados.

Daniel Chindumba, 30 anos, pai de três filhos e 12 anos de guerra nas fileiras do MPLA, e Tiago Savikeia, pai de quatro filhos, 28 anos de idade, dos quais os últimos 17 passados nas matas com o exército da UNITA, são dois dos cidadãos angolanos que terça-feira regressaram à vida civil. Como eles, mais cerca de 150 mil ex-combatentes da UNITA e do MPLA serão desmobilizados até ao próximo mês de Agosto, abrindo-se-lhes um horizonte de incertezas quanto à reintegração social. Ainda muito jovens, sobretudo com idades entre os 20 e os 30 anos, a maioria dos desmobilizados transporta para a vida civil a herança inútil de um convívio com os tiros e com as minas que lhes roubou a possibilidade de aprenderem uma profissão, de frequentarem uma escola.

Como único aspecto positivo, e segundo um estudo realizado nos últimos meses do ano passado, que incidiu sobretudo nos mi-

litares das FAPLA (exército do MPLA), o desmobilizado não é analfabeto — concretamente, menos de um por cento dos efectivos não sabiam ler e escrever.

Preocupados com esta realidade, o Governo angolano e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), em colaboração com a OIT, estão a preparar alguns sistemas de apoio à reintegração social dos desmobilizados, designadamente na área da formação profissional. "Se não actuarmos a tempo, o mais certo é que os desmobilizados recorram à delinquência para sobreviverem", disse ao PÚBLICO uma fonte do gabinete do primeiro-ministro angolano, onde funciona o GIAMDA, um gabinete interministerial para coordenar os programas de apoio aos ex-militares.

E o tempo parece ser muito escasso, apesar de nos próximos dez meses os ex-combatentes irem receber um subsídio que varia entre os 22 mil novos kuanzas (cerca de 15 dólares), para os soldados, e os 166 mil (cerca de 110 dólares), para os oficiais superiores. Esta quantia (no caso dos soldados, que são a maioria) é manifestamente insuficiente para a sobrevivência destas pessoas, que em muitos casos recebem apenas uma muda de roupa civil ("por insuficiência de

verbas", segundo a mesma fonte do gabinete do primeiro-ministro) e dirigem-se às suas terras de origem sem terem a certeza do reencontro com os familiares, como é o caso de Miguel Calejo, 31 anos, ex-FAPLA: "Vou para o Bailundo [Huambo], mas não sei se vou encontrar os meus pais e os meus irmãos. Desde que vim para a guerra, há nove anos, não tenho notícias deles... nem eles de mim."

Programa para 60 mil

O programa de formação para os desmobilizados (PAFDE), a desenvolver pelo Ministério da Educação, com o apoio técnico do PNUD e da OIT e financiamentos já garantidos (com cerca de 50 por cento do total dos custos do programa que rondarão os 16 milhões de dólares), começará no próximo mês e vai desenvolver-se nos seguintes 20 meses.

Segundo Paulo Bácia, conselheiro técnico do projecto, as acções de formação vão desenvolver-se em 37 centros de formação, cobrindo quase todo o território em 56 especialidades, desde a metalomecânica à construção civil, passando pelos serviços. Para que os formandos tenham depois sucesso no mercado de trabalho, a forma-

ção "vai incidir em sectores onde existem indicadores de grande procura de mão-de-obra e onde se perspectiva, que essa procura cresça logo que se inicie a reconstrução do país, designadamente, a construção civil, as obras públicas, mecânica, carpintaria, etc."

Este programa de formação está previsto para cerca de 20 mil desmobilizados, que, através de folhetos informativos a distribuir ainda nos acantonamentos, poderão fazer a sua opção. Os desmobilizados que se dirigirem para zonas não providas de centros de formação poderão vir a utilizar unidades móveis. Segunda componente deste programa, na linha de experiências anteriores da OIT noutros países africanos, é a formação com o lema "desenvolve o teu negócio", vocacionado para "a formação inicial do pequeno comerciante ou do mecânico que quer fazer uma oficina", explica Paulo Bácia. Ainda nos próximos 20 meses será desenvolvida a formação para o desenvolvimento rural, dirigida a cerca de 40 mil formandos, cujo sucesso passa pe-

Luanda

PUBLICO

DOMINGO, 5 ABRIL 1992

A cinco meses das eleições

ANGOLA continua a não saber com clareza se as suas eleições legislativas e presidenciais vão ou não ser em simultâneo, pois o Chefe do Estado, José Eduardo dos Santos, apenas manifestou na última semana a intenção de convocar eleições para os dias 29 e 30 de Setembro; sem dar pormenores.

Durante os debates da chamada reunião multipartidária e nas consultas do Governo com a UNITA não se chegou a um consenso sobre o assunto, embora seja maioritária a corrente de que as duas eleições devem realizar-se ao mesmo tempo. Até mesmo por uma questão económica.

Há formações políticas a advogar, porém, que os dois actos sejam separados, sobretudo para evitar que o MPLA e a UNITA possam tirar vantagem do prestígio dos respectivos líderes, José Eduardo dos Santos e Jonas Malheiro Savimbi, que vão ser candidatos presidenciais.

Tudo indica que as eleições vão ser essencialmente entre aqueles dois grupos e os seus chefes, mas com a votação em separado ficava a hipótese de outras formações políticas dis-

putarem uma boa fatia do bolo, conseguindo lugar no novo Parlamento, o que já não deverá acontecer em caso de simultâneas.

A definição exacta da espécie de eleições que Angola vai ter nos dois últimos dias de Setembro poderá ser feita dentro de alguns dias, logo que termine a presente sessão da Assembleia do Povo (Parlamento do regime cessante). Primeiro haverá que aprovar a lei eleitoral e demais legislação complementar, para depois se nomear o Conselho Nacional Eleitoral. Os deputados começaram sexta-feira a discutir aquele diploma de mais de 250 artigos e decidiram que a Comissão Conjunta Político-Militar (CCPM), criada pelos acordos de paz, não deverá ter assento no Conselho Eleitoral.

Conselho eleitoral

De um modo geral, os membros daquele Conselho estão já escolhidos, faltando apenas saber quem será o respectivo presidente. Mas há ainda que tratar da observação internacional

das eleições e da lei da radiodifusão, que segundo a proposta governamental proibirá as rádios partidárias (o que em especial irá afectar a UNITA, que tem uma emissão de ondas curtas a partir da Jamba e uma de frequência modulada a partir de Luanda).

Admite-se que o Conselho Nacional Eleitoral (CNE) venha a ser presidido por um juiz do Supremo, mas há também quem defenda que tal responsabilidade caiba ao ministro da Administração do Território.

Outras leis em debate são a do direito de antena e a do direito de resposta política, para além da que irá constituir o Conselho Nacional de Comunicação Social.

A alteração da lei dos partidos políticos é outro dos pontos na agenda do Parlamento angolano; e dela resultará eventualmente uma maior facilidade para a inscrição dos partidos no Supremo Tribunal. Até agora, a pouco mais de cinco meses das eleições, o MPLA é o único partido oficialmente registado, pois a documentação apresentada por outros grupos foi considerada incompleta. ■

Vitor Silva, em Luanda

la prioridade dada aos desmobilizados na redistribuição da terra.

Quando regressar a Benguela, Daniel Chindumba — que queria tirar um curso de mecani-

ca — talvez possa ser um dos primeiros a encontrar neste programa o ponto de partida para a sua reintegração na vida civil. ■

António Matos, em Luena

FLEC à procura de líder

O MOVIMENTO pró-independente de Cabinda anda à procura de um líder. Dividido em múltiplas fracções desde há muitos anos, viu agora, com a saída de Nzau Puna e Tony Dacosta Fernandes da UNITA uma oportunidade de conseguir uma direcção com peso histórico e sobretudo com um passado anticolonial.

No último trimestre do ano passado sucederam-se as tentativas — aparentemente com o apoio do Governo de Luanda — de conseguir reunir todas as tendências cabindenses num único movimento e com uma chefia centralizada para dialogar com José Eduardo dos Santos.

Os contactos culminaram com a realização do «Fórum de Cabinda» em Lisboa que, no meio de muita confusão, não emitiu qualquer comunicado público. Em discussão esteve a independência imediata contra um processo de autonomia gradual.

José Ndele, dissidente da UNITA e antigo primeiro-ministro do Governo de Transição angolano saído dos acordos de Alvor, assistiu à reunião mas demarcou-se dos seus resultados.

Já este ano, ganha corpo a ideia de que Nzau Puna — muito ligado a Ndele — poderia corporizar uma liderança forte e com tradições de linhagem no processo de independência de Cabinda. Em Janeiro, os contactos poderiam ter sido des-

poletados pela diplomacia congolosa em Luanda, com ramificações em Lisboa, passando depois, ao que tudo indica, pelo Executivo angolano.

No dia 3 de Março, terça-feira, a fuga de Nzau Puna e Tony Dacosta Fernandes é conhecida em Lisboa mas só na quinta-feira seria tornada pública. A comunicação social esperou até quinta-feira para a pôr no ar.

Na sexta-feira seguinte um grupo de cabindenses, aparentemente apanhados de surpresa, reúne de emergência num hotel de Lisboa. Mas também desta vez não há nenhum comunicado.

Cerca de quinze dias depois corre em Lisboa a notícia de que os dois antigos generais da UNITA poderiam estar em Paris. Movimentações cabindenses são então referidas na capital francesa, mas nenhum líder é contactável pela imprensa.

Luta interna

No entanto, esboça-se a ideia de que nos bastidores se trava uma luta tenaz entre duas fracções da Frente de Libertação do Enclave de Cabinda (FLEC): a «francófona» e a «lusófona».

A primeira procurando uma maior ligação de uma Cabinda independente à área francófona (Zaire, Congo, Gabão), defendendo afinidades linguísticas. A «lusófona» — a que

poderia estar ligada Nzau Puna (descendente dos nobres cabindenses que fizeram o Tratado de Simulambuco com Portugal em 1 de Fevereiro de 1885) e José Ndele — defendendo uma independência no quadro do espaço angolano e dos PALOP, sem excluir a hipótese de um diálogo mais vivo com as autoridades de Luanda, e sugerindo mesmo o envio de uma delegação de alto nível à capital.

A FLEC, que agora se opõe ao termo «enclave» para Cabinda, substituindo-o por «estado», continua profundamente dividida, sendo bastante difícil definir a linha político-ideológica das fracções, submetidas a fortes pressões externas.

Uma dessas fracções é conduzida por Ranque Franque, considerado um moderado, e que parece ter estado já em Luanda para abrir um processo negocial.

Nzita Tiago é outro líder, tido por mais radical, ao qual estará ligado o operacional coronel Tibúrcio. Outro «operacional» é Vítor Jorge, que poderá ter bolsas de guerrilha no território. Guerrilha que se tem feito sentir especialmente em Belize e Bukozau, a ponto de não se poder circular de noite e nunca sem escolta. Os «operacionais» da FLEC pretendem também o controlo administrativo do território, estando a cobrar impostos aos cooperantes estrangeiros, incluindo portugueses.

Outra organização é a União Nacional de Libertação de Cabinda (UNLC) de Lumingu Gimby, também sediada no Gabão, e que tem endereçado mensagens a José Eduardo dos Santos, propondo uma solução interna no quadro de relações privilegiadas entre cabindenses e angolanos, devido «às ligações familiares, históricas e políticas» entre os dois povos. Aceitando transformar-se em «associação cívica regional» antes de ser reconhecida como partido político.

Ultimamente tem estado em Portugal Afonso Massanga, líder da União Nacional para a Libertação do Enclave de Cabinda (UNALEC), uma dissidência da FLEC com sede no Gabão, que teria boas relações com a UNITA.

Para além de ter pedido dinheiro para libertar reféns portugueses, Massanga — que não chegou a ser recebido pelo Governo de Lisboa — foi à Madeira sensibilizar Alberto João Jardim — que em breve se deverá deslocar a Angola — para o problema de Cabinda.

Independência indiscutível

Mas, para além de toda esta divisão, há um sentimento comum entre os cabindenses: a independência do território e a aversão aos angolanos. O sentimento independentista é de tal maneira forte e enraizado, que até mesmo um proeminente

prelado católico que esteve em Lisboa em fins do ano passado, reconheceu que poderia desobedecer ao Vaticano caso este tivesse para Cabinda uma política assimilacionista.

A Igreja Católica, tal como acontece no restante território angolano, é muito forte em Cabinda. Faustino Madeka, Franklin da Costa, Mpuaty e André Muca, quatro bispos que integram o Conselho Episcopal Angolano, são naturais de Cabinda e aparentemente não se opõem à corrente independentista.

O movimento independentista cabindense organizou-se em 1960 no Movimento de Libertação do Enclave de Cabinda (MLEC), liderado por Luís Ranque Franque.

Mas a corrente independentista teve sempre de enfrentar poderosos adversários, MPLA, UNITA, e FNLA, que desde há muito são contra a independência do enclave. O Comité Central do MPLA, reunido em Luanda até quarta-feira passada, exprimiu o desejo de ver resolvido o problema de Cabinda por via pacífica.

A UNITA mantém um contencioso com a FLEC pois, segundo esta, continua a ter em seu poder na Jamba, como prisioneiros, um certo número de militantes seus, entre os quais Luís Café — irmão da dirigente do MPLA Maria Mambo Café — que rumores dão como morto.

Rui Ramos

Gerais angolanas a 29 de Setembro

AS PRIMEIRAS eleições legislativas em Angola terão lugar nos dias 29 e 30 de Setembro de 1992, anunciou ontem o Presidente Eduardo dos Santos durante a sessão de abertura da Assembleia do Povo, reunida para aprovação do pacote de leis que regulará o período de transição até às eleições.

Eduardo dos Santos acentuou a necessidade de recuperar uma parte do tempo perdido para instalar realmente um regime democrático multipartidário no país. O chefe de Estado citou ainda como tarefas por cumprir a obrigatoriedade da livre circulação de pessoas e bens e a extensão da administração do Estado a todo o território.

«Esta é uma exigência maior que preocupa não só o Governo, mas também todas as formações políticas que até hoje foram impedidas, pelas ameaças, pelas intimidações ou mesmo pela violência directa, de entrar livremente nas zonas que a UNITA insiste em manter sob a sua autoridade, violando assim os acordos de Bicesse», disse.

O líder da UNITA, Jonas Savimbi, deverá regressar domingo a Luanda depois de uma longa temporada na Jamba. Antes, porém, deverá presidir a um comício na cidade de Luena, na província do Moxico, palco da última grande batalha militar entre os

beligerantes do conflito angolano e, também, da cerimónia oficial de desmobilização dos primeiros excedentes dos efectivos militares das FAPLA e FALA.

A UNITA está a mobilizar os seus apoiantes para receber Savimbi na capital com uma grande manifestação no aeroporto contra aqueles que o «queriam afastado» de Luanda. Espera-se que, à chegada, o líder da oposição dê uma conferência de imprensa para abordar a crise por que passa a sua organização.

Por outro lado, o Partido Renovador Democrático (PRD) entregou uma carta aberta ao Presidente angolano, solicitando a libertação de «mais de 30 mil pessoas» presas na sequência da intenciona de 27 de Maio de 1977.

A missiva é acompanhada de uma «listagem ainda incompleta» que reúne apenas 127 nomes das «mais de 30 mil pessoas cujo paradeiro continua desconhecido de toda a nação».

O PRD, de Joaquim Pinto de Andrade, apela ainda à contribuição do chefe de Estado para a «abertura de um inquérito internacional sobre a violação dos direitos humanos» e o seu empenhamento pessoal «no cumprimento dos acordos do Estoril» sobre a «libertação de todos os presos políticos».

Vitor Silva, em Luanda

Vitor Silva,
em Luanda

Enquanto o MPLA vai realizar um congresso, apostado numa "reunificação da família", a UNITA atravessa um período menos bom, despoletado pela saída de duas das suas principais figuras e agravado com denúncias de violações dos direitos humanos. Mas o processo de paz avança.

O Comité Central do MPLA, reunido desde ontem em Luanda, marcou um congresso extraordinário para fins de Abril, ante o qual será traçada a estratégia do partido para as eleições de Setembro.

Isto verifica-se algum tempo depois do Bureau Político ter aprovado a readmissão no partido de todos os seus membros que, por razões várias, foram saindo ao longo dos anos desde a luta anticolonial. Uma das reivindicações da "família MPLA", prontamente aceite, é de se mudar a designação do partido que vai perder, definitivamente, a denominação "Partido do Trabalho", de conotação marxista.

Com o seu congresso, o

MPLA pretende aglutinar todas as figuras que fizeram a sua história, num movimento que tudo indica poderá afectar muitas das "formações políticas emergentes", uma boa parte delas constituída por antigos militantes do partido no poder.

Daniel Chipenda é um dos principais mentores desta acção e poderá vir a ser o vice-presidente, passo que visaria, por um lado, "libertar" o Presidente Eduardo dos Santos da colagem partidária e, por outro, afectar directamente a base étnica de apoio da UNITA. O MPLA ficaria com um vice-presidente e um secretário-geral (Marcelino Moco) ambos ovimbundos, grupo étnico-linguístico com predominância na organização de Jonas Savimbi, ele próprio um ovimbundo, disputando os muitos votos da região.

Lopo do Nascimento deverá assumir o secretariado dos Assuntos Políticos do MPLA, abandonando as suas funções de ministro da Administração do Território. O embaixador Luís de Almeida, actualmente na Organização de Unidade Africana (OUA), deverá ser chamado a Luanda para dirigir a campanha do partido no poder.

Já a UNITA evidencia grandes dificuldades de adaptação à luta política, como aliás reconheceu o seu próprio líder, Jonas Savimbi, em recente declaração sobre o abandono de Tony da Costa Fernandes e Miguel Nzau Puna. A saída destes dois dirigentes abriu uma crise que se prevê de

difícil desfecho, atendendo às possibilidades de mais nomes se juntarem à lista de dissidentes. A acreditar nas palavras de Fernandes e Puna "a procissão ainda vai no adro" e meios próximos da organização têm apontado algumas figuras que "mais dia menos dia poderão dar o salto".

Parte do prestígio ganho após os acordos de paz, está a ser consumido devido a vários actos que têm caracterizado a sua prática depois da entrada nas cidades. A não permissão de livre circulação das populações nas áreas ainda sob o seu controlo é também considerada injustificável, nove meses após Bicesse, levando a muitas deserções de gente menos conhecida que, na primeira oportunidade, escapa para a jurisdição do Governo, como aconteceu recentemente na província do Cunene.

Embora nas várias declarações os dirigentes da UNITA procurem diminuir o impacto da saída de Fernandes e Puna, o certo é que ela está a minar a coesão do movimento e até membros da sua segurança se permitiram já comentar o caso publicamente numa das praças de Luanda. Os apoios internacionais da UNITA começam a questioná-la (ver caixa) e é notória a mudança de atitude de algumas pessoas ligadas ao "lobby" português da organização.

No entanto, o processo de paz não parece ameaçado, ao contrário do que se teme quando a rádio do "Galo Negro" prometeu "guerra total" se houvesse um atentado contra Savimbi. A Comissão Conjunta Político-Militar (CCPM) ganhou um maior dinamismo e os vários programas estão a ser postos em prática.

A tal não é estranha, também, a pressão pela comunidade internacional chamado os signatários de Bicesse à razão e levando-os a respeitar o acordado. Hoje mesmo será feita a cerimónia formal da desmobilização dos excedentes militares em acto a decorrer na cidade de Luanda. Mais de dois mil homens do exército governamental receberão os seus passaportes de disponibilidade, além de todos os vencimentos em atraso e mais uma parte referente aos próximos meses. Da parte da UNITA serão desmobilizados 180 militares.

O Conselho de Ministros acabou de apreciar os documentos legais que vão regular o período de transição, que serão levados à Assembleia do Povo (parlamento) para aprovação, a partir de hoje. Entre os vários projectos, destacam-se os relativos à lei eleitoral, à observação internacional das eleições, ao Conselho Nacional de Comunicação Social e à alteração da lei dos partidos políticos. ■

Renovação do MPLA adiada

Gustavo Costa
em LUANDA

O VETO colocado esta semana à criação do posto de vice-presidente constituiu, sem dúvida, um sinal de reforço da ala conservadora do MPLA que, na sua luta interna com o Presidente Eduardo dos Santos, saiu em posição de clara vantagem.

A manutenção de todos os actuais membros do Comité Central e o adiamento da purificação do MPLA para depois das eleições é visto como outra prova de recuo nas reformas do partido.

As decisões saídas desta reunião transformaram-se num rosário de frustrações para vários círculos renovadores do partido, que depositavam esperanças na chamada reunião da grande família do MPLA.

A não integração do Daniel Chipenda, que deveria candidatar-se ao posto de vice-presidente e dirigir a cruzada anti-Savimbi poderá, segundo alguns observadores, provocar um mal-estar profundo no seio da organi-

zação. De acordo com algumas fontes, resistências tribais e velhas rivalidades, que remontam do tempo da guerrilha poderão estar ainda na base de certas posições, que estiveram na origem desta decisão que alguns militantes qualificam como «ultrapassada no tempo e no espaço». Eduardo dos Santos não conseguiu, por outro lado, desembaraçar-se da presença, na direcção do MPLA, de elementos frequentemente referenciados com casos de corrupção.

Vastos sectores do partido manifestaram já o seu descontentamento pelas últimas decisões do Comité Central do MPLA que se está a revelar incapaz de retirar maiores dividendos da crise da UNITA, denotando uma nesga de triunfalismo, que apesar de tudo não tem chegado para beliscar internamente o eleitorado tradicional do movimento de Jonas Savimbi.

A corrupção, segundo algumas fontes do MPLA, sendo uma das principais armas que a oposição vai esgrimir, deveria levar o Presidente a libertar-se já dos portadores deste vírus.

Alguns observadores vão mais longe e mostram-se apreensivos com as posições assumidas, esta semana, pela direcção do MPLA que poderá vir a confrontar-se com uma onda de demarcação de uma parte dos intelectuais da sua estratégia.

Nalguns militantes persiste a esperança de que no Congresso de Abril, para além da retirada da actual sigla do partido e da aprovação de novos estatutos, o assunto possa vir a ser alvo de nova abordagem no quadro da plataforma da unidade subscrita pelo grupo de reflexão que reagrupa velhas figuras do movimento.

«A inviabilização das propostas do grupo de reflexão poderá, minar a estratégia do MPLA que, ao chumbar a renovação das suas estruturas, está a demonstrar que a grande família não vai funcionar porque não é possível colar os cacos de loiça partidos», disse um intelectual moderado.

Bush abandona

EXPRESSO, SÁBADO 4 DE ABRIL DE 1992

Jonas Savimbi

Tony Jenkins
em WASHINGTON

TUDO indica que os EUA estão a inclinar-se para o abandono do seu apoio financeiro, político e diplomático à UNITA. A rápida degradação das relações segue-se às acusações de que Savimbi ordenou ou aceitou tacitamente o assassinato de Tito Chingunji e Wilson Santos.

A prova mais recente do divórcio entre a Administração e a UNITA está na carta enviada pelo secretário de Estado James Baker a Savimbi, no último fim-de-semana, pedindo esclarecimentos sobre as acusações de homicídio e de outras alegadas violações dos Direitos Humanos praticadas pela UNITA. Fontes conhecedoras da carta disseram ao EXPRESSO que o seu envio foi uma iniciativa do próprio Baker e que este espera uma resposta pessoal e directa de Savimbi. Se isto for verdade, vem reforçar a importância que Baker atribui às acusações.

Mas na realidade são poucos os responsáveis governamentais que duvidam da veracidade das acusações e, por detrás da comunicação anódina do envio da carta, pressente-se a enorme irritação sentida em Washington. Tito era uma figura extremamente popular na capital americana, onde foi representante da UNITA em meados da década de 80.

Ainda mais grave para a

UNITA é o facto de diversos membros influentes do Congresso que se empenharam no apoio à resistência angolana se sentirem agora pessoalmente traídos, acreditando de facto que Savimbi lhes mentiu.

Quando Savimbi visitou Washington no ano passado, foi questionado directamente sobre o paradeiro de Chingunji por Dan Burton, o principal representante republicano na sub-comissão para a África na Câmara dos Representantes.

Savimbi garantiu a Burton que Chingunji estava bem e que apareceria em público em Luanda, em Janeiro deste ano. Idênticas afirmações foram feitas ao senador Dennis Deconcini, um alto dirigente democrata e apoiante influente da UNITA.

Quando, a semana passada, a UNITA anunciou que Wilson dos Santos e Tito Chingunji tinham «desaparecido inexplicavelmente», Burton e Deconcini, segundo diversas fontes, ficaram «furiosos, indignados, exasperados, desgostosos e profundamente perturbados».

Sean McCormick, que dirige o departamento angolano do Centro de Estudos

Estratégicos Internacionais de Washington, declarou ao EXPRESSO que que ele e outros especialistas pensam que a UNITA tentará agora responsabilizar Miguel Nzau Puna pelos crimes. «Dirão que Puna era o ministro do Interior da UNITA, responsável pela segurança e portanto responsável pelos assassinatos. Até já dizem que têm testemunhas disso na Jamba», afirma McCormick que aparentemente foi o último ocidental a ver os dois homens vivos. Mas as acusações da UNITA dificilmente terão crédito, McCormick sublinha que «As pessoas não aceitarão isso. Os EUA considerarão Savimbi responsável, porque todo o Governo americano sabe que nada acontece na UNITA sem ordens expressas de Savimbi».

Gil Kapen, assessor da Sub-Comissão para a África, foi um pouco mais prudente. «Não nos queremos precipitar, não queremos que isto seja utilizado para fins de propaganda pelo MPLA, mas de facto as acusações parecem credíveis», disse Kapen, que, tal como todas as outras pessoas contactadas, concordou em que já não há qualquer hipótese da UNITA vir a receber mais apoio financeiro dos EUA.

A autorização do Congresso, que permitiu um auxílio à UNITA de 200 milhões de dólares nos últimos anos, expirou formalmente na terça-feira. Daqui para a frente, nas palavras de McCormick, «a UNITA não receberá nem mais um centavo». Segundo Kapen, «não há qualquer hipótese do auxílio ser retomado, aconteça o que acontecer». Um responsável do Departamento de Estado disse ao EXPRESSO que as hipóteses da UNITA receber mais dinheiro se resumiam a «zero».

Mas os problemas da UNITA vão muito mais longe. Além de alguns elementos pagos do «lobby» da UNITA e de alguns ideólogos de extrema-direita, são poucas as pessoas que em Washington sentiram alguma vez grande simpatia por Savimbi. Era considerado um aliado vital da política mundial americana de «contenção» do comunismo no Terceiro Mundo, que levou Washington a uma série de alianças duvidosas com personagens como Mobutu Sese Seko do Zaire e o general Suharto da Indonésia. «Te-

com ele», afirma McCormick. «A maior parte dos apoiantes da UNITA nesta cidade tinha dúvidas», acrescenta Kapen, «mas ou pensavam que a UNITA era a melhor alternativa ou que era difícil de confirmar ou negar as acusações, feitas numa guerra de propaganda. De qualquer modo, Angola foi sem dúvida um dos campos de batalha que contribuiu para a queda da URSS e o apoio à UNITA foi vital».

Com o fim da «guerra fria», a América já não precisa de trabalhar com gente tão pouco recomendável.

Até há pouco, muitos membros do Congresso se apressavam a vaticinar uma vitória da UNITA nas eleições angolanas. Mas agora Washington só tem uma preocupação: a de que as eleições se realizem em condições razoavelmente imparciais. Ao ser-lhe perguntado se o Congresso a aceitaria uma vitória do MPLA, Kapen respondeu «absolutamente». E a resposta não deve surpreender ninguém; quando Washington decidiu estabelecer relações com os novos países da Europa de Leste, a Casa Branca depressa se habituou a aceitar governos dominados por ex-comunistas.

Embora ainda haja gente no Departamento de Estado e no Congresso que desejam assistir a uma vitória da UNITA que venha justificar anos de apoio, a verdade é que se mostram cada vez mais relutantes em fazer qualquer coisa para que isso suceda.

Isto não implica que os EUA levantem as restrições colocadas à actividade comercial americana com Angola ou que as relações com Luanda sejam imediatamente normalizadas. Estas decisões foram reservadas como prémio que será concedido logo depois das eleições.

Mas a menos que o MPLA faça marcha-atrás e se recuse a promover eleições livres e democráticas, o mais provável é que os EUA permitam que os angolanos decidam o seu próprio futuro sem qualquer tipo de ingerência externa.

PÚBLICO

TERÇA-FEIRA 31 MARÇO 1992

Baker escreve a Savimbi

O SECRETÁRIO de Estado norte-americano, James Baker, reclamou do líder aliado da UNITA, Jonas Savimbi, uma explicação completa sobre os alegados assassinatos e outras violações dos direitos humanos no interior daquele movimento angolano, revelaram fontes diplomáticas citadas ontem pelo jornal "The Washington Post".

As fontes referem que, no fim-de-semana, Baker enviou uma carta a Savimbi avisando-o de que a ausência de uma resposta da UNITA às acusações de abusos que lhe são dirigidas pode comprometer o cessar-fogo e as eleições gerais agendadas para Setembro. Desconhece-se se foi dado algum prazo para Savimbi responder.

A carta de James Baker considera pouco fundamentadas as conclusões divulgadas pela UNITA segundo as quais os entretanto "dissidentes" Miguel Nzau Puna e Tony da Costa Fernandes seriam os responsáveis pelos presumíveis assassinatos de outros dois dirigentes, Tito Chingunji e Wilson Santos.

Além disso, o secretário de Estado afirma que a Administração Bush espera uma investigação detalhada sobre os referidos desaparecimentos e outros abusos. As responsabilidades devem ser apuradas e os responsáveis punidos, acrescenta.

Chingunji foi, em meados dos anos 80, o principal representante da UNITA em Washington, tendo conseguido então dos EUA uma ajuda substancial em armamento para combater o Governo de Luanda, na altura marxista.

As acusações contra o movimento de Savimbi — diz ainda o "Washington Post" — constituem um significativo embaraço para os dirigentes dos Estados Unidos, na medida em que Washington, ao longo da década de 80, favoreceu a imagem do líder rebelde angolano, atribuindo-lhe o epíteto de "combatente da liberdade" e de aliado na luta contra o comunismo.

Durante os oito anos da Presidência de Ronald Reagan, a UNITA era vista, em conjunto com os "contras" da Nicarágua e a guerrilha afegã, como um dos três pilares da doutrina Reagan, que preconizava um auxílio activo dos EUA a "movimentos de libertação nacional" que combatiam governos então aliados da agora desaparecida URSS. ■

Muitas perguntas, poucas respostas

António Matos,
em Luanda

A UNITA convidou jornalistas de seis nacionalidades — portuguesas, alemãs, americanas, francesas, inglesas e sul-africanas — para uma conferência de imprensa, ontem, em Luanda, durante a qual Jonas Savimbi aceitou falar de tudo, mas não esclareceu nada. Foi vago e inconclusivo nomeadamente quanto ao problema que neste momento mais afecta a UNITA: a questão das mortes de Tito Chinguji e Wilson dos Santos, que continua nos segredos da Jamba, escondida nos trabalhos de uma comissão que nem sequer tem prazo para apresentar as suas conclusões.

A conferência de imprensa, em que Savimbi insistiu em traduzir todas as perguntas e respostas do português para o francês e o inglês, demorou cerca de duas horas e decorreu no Hotel Presidente, na capital angolana. O dirigente apresentou-se com uma atitude calma, começando por explicar os motivos da sua ausência de Luanda durante o último mês: "Não teve nada de particular", disse. "Consideramos a Jamba, depois de 16 anos de guerra, um lugar de reflexão", explicou.

Savimbi admitiu que houve uma "crise na UNITA" mas sublinhou que esta nada teve a ver com a sua deslocação, em 20 de Fevereiro, para o sul de Angola, de onde acabava de regressar afirman-

do as suas ideias "de paz e de democracia" e de "fim irreversível da guerra". O Presidente da UNITA disse que os maiores desenvolvimentos dessa "crise" aconteceram depois dessa data e sublinhou não estar disposto a esconder os problemas, assumindo todas as responsabilidades pelos erros cometidos no seu partido.

Mergulhando na actual situação político-partidária do seu partido, diagnosticou a necessidade deste encontrar rapidamente um objectivo, considerando que "o russo, o cubano e os seus aliados já não existem", e terminou com uma ideia forte: "É preciso criar uma organização que transfira rapidamente uma disciplina de guerra para uma abertura política".

Terminada a sua intervenção, Savimbi mostrou-se disposto a responder às perguntas dos jornalistas que se centraram, como era de esperar, nas mortes daqueles dois antigos dirigentes da organização. Mas o líder angolano a nenhuma respondeu, refugiando-se na necessidade "de esperar pelas conclusões da comissão de inquérito", constituída no seio da UNITA e presidida pelo vice-presidente Jeremias Chitunda.

Alguém perguntou então sobre a razoabilidade da comissão ser liderada por um homem que esteve envolvido no processo alvo de análise (Chitunda esteve preso na altura em que

Wilson dos Santos e Tito Chinguji foram mandados regressar de Lisboa e Washington, onde eram representantes da UNITA). Savimbi remeteu a resposta para o próprio Chitunda, sentido à sua direita, mas este nada disse.

Coube ao enviado do "Washington Post" abalar a calma que Jonas Savimbi mostrava desde o princípio e embaraçar visivelmente o dirigente. "Em 27 de Fevereiro, o senhor disse que iria apresentar Wilson e Chinguji quando achasse oportuno, ou seja, disse que eles estavam vivos", concluiu o jornalista. O líder respondeu não ter feito tal afirmação, mas o repórter ripostou afirmando ser pouco provável que o chefe do partido não tivesse, já na altura, conhecimento da situação dos dois dirigentes... A resposta foi o silêncio.

A oportunidade de diluir a questão dos atropelos aos direitos humanos nos circunstancialismos próprios da guerra chegou quando se falou vagamente nos Direitos do Homem. Aqui, o Presidente da UNITA reafirmou que não foi só naquele espaço do território que elas ocorreram, argumentando que, em 16 anos de conflito, houve atropelos semelhantes em todas as frentes.

Sobre a proposta de formação de uma comissão internacional para verificação do respeito pelos direitos humanos na Jamba, designadamente para analisar as circunstâncias da morte dos dois dirigentes, o líder da UNITA disse que só aceitará uma comissão internacio-

nal "em condições que atinjam todo o território de uma Angola escabada de vir de uma guerra anticolonial e civil".

Viram a propósito os alegados espantamentos de membros de organizações religiosas na Jamba. Jonas Savimbi admitiu que três freiras — uma alemã, uma portuguesa e uma espanhola — foram "sequestradas" na Jamba, mas resolveu o problema com uma charla: "Se a Jamba não fosse um alto-simpático para elas, não teriam voltado depois de terem ido de férias".

EXPRESSO FALA COM DISSIDENTES DA UNITA

EXPRESSO, SÁBADO 4 DE ABRIL DE 1992

«Savimbi quer ditadura fascista»

MIGUEL Nzau Puna e Tony da Costa Fernandes, os dois altos dirigentes da UNITA que abandonaram a organização há cerca de um mês e se refugiaram na Europa, afirmam-se empenhados em «alertar a população de Angola para os perigos que corre se Jonas Savimbi ganhar as eleições».

Em declarações ao EXPRESSO feitas esta semana em local que pediram para não ser identificado, Nzau Puna, que chegou a ser a segunda figura da UNITA, disse que se Savimbi ganhar as eleições «vai instaurar uma ditadura fascista em Angola», enquanto Costa Fernandes garantiu que o líder da UNITA «é pior do que Adi Amim».

Puna contra-ataca e acusa Savimbi

Os dois dissidentes rebateram as alegações de Savimbi, feitas esta semana, de que os dirigentes da UNITA Tito Chingundji e Wilson dos Santos, cujo assassinio foi denunciado por ambos após a fuga, foram liquidados em Novembro por ordem de Nzau Puna, então ministro do Interior da

organização. «É fácil à UNITA fabricar documentos a dizer que os eliminei — diz Puna —, mas eu não seria louco para pegar em dirigentes desses e mandá-los executar sem ordem de Savimbi, contra quem nada se podia fazer. Aliás, eu não obedeceria a essa ordem.»

Puna e Fernandes alegam ainda que, contrariamente à versão de Savimbi, Chingundji e Wilson foram mortos, juntamente com as famílias, em Agosto de 1991, altura em que os dois prisioneiros deixaram de ser apresentados aos convidados estran-

geiros na Jamba e em que os seus filhos foram retirados da escola e desapareceram. O ex-membro dois da UNITA conta que, já então, Savimbi lhe havia pedido que assumisse a responsabilidade pelas mortes: «Ele chamou-me em Setembro e disse-me: 'Há certos elementos desaparecidos e não sabemos como justificá-los. Você, como ministro do Interior, aceita a responsabilidade e eu, como presidente, vou protegê-lo.' Eu disse que não, e a partir daí as nossas relações começaram a deteriorar-se.»

Os desertores da UNITA afir-

mam que Savimbi mantinha uma espécie de «gulag» na área da Jamba, onde foram sendo colocados prisioneiros políticos que mais tarde desapareciam, presumivelmente liquidados. Esse campo prisional era controlado por uma polícia especial destinada aos casos políticos, que incluía a guarda de Savimbi e era dirigida por um seu sobrinho, o brigadeiro Cami Pena. «Apesar de ser ministro do Interior, eu não tinha poder sobre essa força nem acesso à prisão, cuja localização exacta nunca conheci», alega Miguel Puna.

Unem dissidentes

QUANDO em Maio de 1988 um grupo de estudantes da UNITA rompeu, em Lisboa, com a sua direcção, estava longe de imaginar que iria despoletar um processo de denúncias sobre violações de direitos humanos, que culminaria esta semana com uma interpelação directa do secretário de Estado norte-americano, James Baker, a Jonas Savimbi (ver texto nesta página).

Almerindo Kandjungo, Yamba-Yamba, Dias Kanombo e Alípio Parreira protagonizam a primeira dissidência visível, insurgindo-se, a partir de Lisboa, contra a «violação dos direitos humanos por Jonas Savimbi».

Os jovens, acusados hoje pela UNITA de estarem ao serviço do MPLA, propuseram num encontro com Alicerces Mango, então representante do movimento na Alemanha, a sua constituição como «tendência de oposição». Três meses mais tarde, em Paris, é a vez de Jorge Chicoti — um antigo guarda-costas de Savimbi — e Alcides Justo abandonarem a UNITA sem qualquer contestação pública.

Em Novembro desse ano, Tito Chingunji, delegado nos EUA, é chamado à Jamba onde, segundo alguns testemunhos, foi praticamente preso à saída do avião. Descendei-se, então, uma terceira dissidência, esta a partir de Londres. Integram-na Dinho Chingunji — sobrinho de Tito —, Olga Mandombe — irmã do general Zacarias Mandombe —, Assis Malaquias — filho do velho Malaquias, um proeminente dirigente da UNITA — e Sousa Jamba — irmão do «histórico» Jaka Jamba.

As três dissidências deram origem, no dia 13 de Março de 1989 — aniversário da fundação da UNITA —, ao Movimento dos Direitos Humanos e Democracia em Angola que, durante a visita que Jonas Savimbi efectuou a Portugal, em Janeiro de 1989, se transforma em Fórum Angolano para os Direitos Humanos e mais tarde em Fórum Democrático Angolano (FDA), acusado pela UNITA de estar ao serviço do MPLA. Pela primeira vez, o respeito pelos direitos humanos por parte do movimento de Jonas Savimbi esteve em debate público. Pela primeira vez, também, são inequívocas as divisões no movimento.

Jorge Valentim, o actual secretário para a informação, pertence informalmente à tendência mais radical, a de Jonas Savimbi, mas distingue-se deste pelo nacionalismo negro pan-africanista — contra o marxismo-maoísta de Savimbi — e por contestar a aliança com o «apartheid» sul-africano. Salupeto Pena, Carlos Morgado — médico

de Savimbi —, Adalberto Júnior — delegado em Lisboa —, Vitorino Ossi — advogado formado em Portugal — e Abel Chivuku — que substituiu Tony Dacosta Fernandes nas relações exteriores —, radicais que apoiam Jonas Savimbi, integram o grupo mais novo.

Outra tendência sem organização e cujos contornos são também de difícil definição é o «liberalismo» de Fátima Roque, secretária para a Economia e Finanças. Alcides Sakala — antigo representante em Portugal e actualmente em Bruxelas — poderia perfeitamente enquadrar-se neste sector, que defende uma economia de mercado para Angola.

Em posição mais moderada estariam Tito Chingunji e Wilson Santos, além de outros intelectuais ainda vivos, cujos nomes se omitem por razões de segurança. Não se conhecem as posições dos dois intelectuais eliminados em Novembro do ano passado, juntamente com as suas famílias, incluindo crianças, de acordo com as revelações dos mais recentes dissidentes. Todavia, Tito era visto com muita simpatia pelos norte-americanos e Wilson Santos foi um dirigente estimado pelo Governo português durante a sua estada em Lisboa como representante dos rebeldes, de 1982 a 1985.

Sem qualquer ligação estrutural a estes elementos, mas dentro do que se poderia considerar a mesma linha, situa-se a chamada UNITA-Democrática, de inspiração cristã. Tem emitido comunicados datados da Jamba, denunciando alegadas execuções e contestando o poder absoluto de Savimbi.

Mas a «dispersão» no seio da UNITA não acaba aqui. O general António Dembo, da etnia ambundu (língua kimbundu — região de Luanda e Norte), nomeado no último Congresso secretário da defesa, poderia estar integrado numa «corrente kimbundu». É voz corrente que na Jamba os poucos elementos dessa etnia têm tido muitos problemas. Fontes críticas a Savimbi dizem que alguns teriam mesmo sido isolados e sujeitos a apertada vigilância.

Marta Chaka, um dirigente de etnia Tchokue (Leste do país), também não tem andado nas boas graças de Savimbi, dizem as mesmas fontes. A sua etnia, como todo o povo do Moçico, ainda não perdeu

o líder da UNITA os seus excessos. Jonas Savimbi foi casado com Vinona, uma aristocrata Tchokue que dizem ter morrido na Jamba, em 1983, «fulminada por um raio».

No Sul, os cuanhamas do Cunene ainda falam de António Vakulukuta, um jovem que em 1987 foi capturado por sul-africanos ao tentar fugir para a Namíbia e entregue à UNITA. A sua «certidão de óbito» menciona: «Ataque cardíaco».

Uma das maiores lutas, travadas em surdina, é a que opõe bienes e bailundos. Na tradição ovimbundu, os bienes (etnia de Jonas Savimbi) são subordinados (e mesmo escravos) dos bailundos.

O casamento entre Jonas e Ana Savimbi (bailunda) procura manter unidas as duas subetnias no interior da UNITA. Mas no seio dos bailundos há personalidades — cujos nomes mais uma vez têm de ser omitidos — que contestam Savimbi, sobretudo desde a destruição, o ano passado, da campala do rei Ekuikui, presenciada pelos pais de Alcides Sakala. A tentativa de reconciliação entre subetnias levou à promoção de Alicerces Mango a secretário-geral, um lugar ocupado por Nzau Puna.

No meio desta encruzilhada, Nzau Puna e Tony Dacosta Fernandes «vegetavam», sem expressão, sem poderem exprimir-se na sua língua — o fiote.

Sessa Puna, mulher do general Nzau Puna, desapareceu misteriosamente em 1983. Daí para cá — em datas dificilmente verificáveis — são os alegados assassinatos dos dirigentes Jorge Sangumba (relações exteriores), Violeta e professor Jonatão Chingunji (pais de Tito Chingunji), padre Camilo (autor do hino da UNITA), engenheiro Katalaio, mulher e dois filhos, Piedoso e Waldemar Chindondi (irmãos do general Peregrino Wambu Chindondi — chefe do Estado-Maior das FALA) e o brigadeiro Chendovava (também chefe do Estado-Maior).

Ainda durante a guerra anticolonial, desapareceram os dois irmãos de Tito, que desempenhavam as funções de chefes do Estado-Maior das tropas da UNITA: David Chingunji «Samuimbila», em 1969, e Samuel Chingunji «Kafundanga», em 1974.

Hoje, Dinho Chingunji, o último sobrevivente dos Chingunji, continua em Luanda sem conseguir ser recebido pela UNITA, de quem reclama a entrega dos corpos dos familiares.

Savimbi confirma

António Matos,
em Luena

O presidente da UNITA, Jonas Savimbi, declarou ontem em Luena que assume a responsabilidade pelos actos de violação de direitos humanos na Jamba, actos cuja responsabilidade directa a sua organização atribui ao dissidente e ex-«ministro do Interior», Miguel Nzau Puna.

«Concerteza, de tudo o que aconteceu enquanto ele [Nzau Puna] foi da UNITA, não só a UNITA assume a responsabilidade» como também, a assume «o próprio como chefe do partido», afirmou Savimbi à sua chegada ao aeroporto de Luena, a propósito das execuções de Wilson dos Santos e Tito Chingunji.

Durante uma pequena conferência de imprensa antes de seguir para o local do comício, Savimbi recusou-se a adiantar as conclusões do inquérito às circunstâncias da morte daqueles dois antigos dirigentes da UNITA, afirmando que essas conclusões serão dadas a conhecer por Jeremias Chitunda, presidente da comissão.

Jonas Savimbi voltou ontem a Luena, cidade de onde partira a 10 de Fevereiro de 1976 perante a ofensiva do MPLA, remetendo-se a um papel de resistência fora das fronteiras de Angola. Este foi o seu primeiro comício na província do Moçico, nos últimos 16 anos. Foi a localidade de Cassamba, nesta província, que viu em 1966 nascer a UNITA. O próprio Savimbi explicou que tem um significado especial o seu regresso em Luena às actividades públicas, já que também ele nasceu ali perto, em Munhangó, há 57 anos.

À frente da antiga estação de comboios de Luena, desactivada desde 1975, concentraram-se ontem cerca de dez mil pessoas para ouvir de Savimbi um discurso calmo, com repetidos apelos à paz e pontuado por algumas tiradas irónicas que caracterizam o seu estilo.

Talvez porque tivessem esperado desde antes das dez da manhã até depois das três da tarde pelo começo do comício, as pessoas que quiseram ouvir Savimbi raramente revelaram entusiasmo. Nas filas da frente, agitavam-se pequenas bandeiras de papel da UNITA, sobretudo nas mãos de crianças. Entretanto, à sua chegada ao aeroporto, Savimbi tinha sido recebido por algumas centenas de



Sexo, mentiras e cassetes

peoas que mal ouviram os reatores do avião que o transportava desataram em cânticos eufóricos até que o líder da UNITA atravessou a passadeira vermelha.

Fortes medidas de segurança rodeavam naturalmente a vinda de Savimbi a Luena. Algumas centenas de militares da UNITA (os acordos de Bicesse prevêem que a UNITA possa utilizar em circunstâncias como esta os seus próprios homens armados) estavam espalhadas ao longo do percurso cumprido por Savimbi, concentrando-se também na zona do comício. Mais escassa era a presença de elementos da Polícia Popular de Angola.

Após algumas intervenções dos dirigentes provinciais da UNITA, em que se falou das "brutalidades conhecidas de Puna, sobretudo na primeira guerra de libertação" e do "burocrata burguês Tony da Costa Fernandes", Savimbi iniciou o seu discurso.

Durante cerca de 15 minutos falou em dialecto chokwe, motivando, a espaços, gargalhadas hilariantes de alguns dirigentes que se encontravam na tribuna. Segundo um popular que acompanhava atentamente as palavras do líder da UNITA, Savimbi fez repetidos apelos à paz. Depois, discursando em português, Savimbi refutou as teses que falam de uma UNITA tribal e logo se ouviram gritos de "abaixo o tribalismo, viva a unidade nacional", emitidos por uma potente instalação sonora.

O dirigente da UNITA não explicou as razões da sua longa ausência na Jamba onde passou todo o mês de Março. "Eu vim aqui para mostrar que não há crise nenhuma", afirmou para depois perguntar num tom de visível boa disposição: "Emagreci alguma coisa? Tirei a minha barba para me esconder?". Seguiram-se risos e aplausos. "Eu continuo com a minha barba de paz e de democracia", rematou.

Sobre o processo de paz em Angola, Savimbi disse que o anúncio da data das eleições (29 e 30 de Setembro) pelo Presidente da República é um passo importante "para a paz e democracia". Em sua opinião, "também houve algum progresso na desmobilização dos militares". Mas não deixou de lançar uma crítica: "No meu entender, é injusto pagar 110 mil kuanzas a quem tanto lutou por este país e mandá-los embora para casa. Só chega para comprar uma camisa e duas galinhas. A camisa vai-se vestir sem as calças".

Como é natural não podia faltar uma referência ao comício aqui realizado, em Setembro último, pelo líder do MPLA, José Eduardo dos Santos, na presença do primeiro-ministro português Cavaco Silva. "Esta gente toda esteve aqui para ouvir o senhor José

Eduardo dos Santos e o senhor Cavaco Silva?", perguntou, deixando a ideia de que ao comício de ontem assistiu mais gente do que ao de Setembro. Mas, de facto, assim não aconteceu, dizem testemunhas. Savimbi deu ainda uma explicação para o facto de ter começado o seu discurso em dialecto chokwe: "Vou falar o quê? Tenho que falar a língua vernacular. Aqui falei chokwe noutros sitios falo umbundo e só assim é possível um maior entrosamento das etnias."

A portuguesa Fátima Roque, apogada como ministra da Economia de um eventual Governo da UNITA, assistiu ao comício e explicou ao PUBLICO as razões da sua deslocação a Luena: "Como se sabe, Moçico é importante na história da UNITA e eu quero acompanhar este processo eleitoral desde o início. Quero também acabar com os rumores sobre a minha dissidência da UNITA". No final Savimbi perguntou-lhe como é que ia de coração, se era de Luanda que ela ainda gostava. Fátima Roque respondeu que sim.

Proseguindo o programa do seu regresso da Jamba, Jonas Savimbi dá hoje uma conferência de imprensa em Luanda, seguida de um comício, ao princípio da tarde. Este será o primeiro teste à capacidade de recuperação política da UNITA, após as dissidências de Puna e Fernandes e o escândalo dos "desaparecidos". ■

O dissidente da UNITA Miguel Nzau Puna desmentiu ontem, numa declaração à Voz da América, a acusação feita horas antes por Jonas Savimbi segundo a qual ele teria sido o responsável pelas mortes dos membros do movimento "Tito" Chingundji, Wilson dos Santos e suas famílias. Puna chama "vigarista" e "mentiroso" a Savimbi e exige um inquérito internacional ao caso.

Savimbi confirmou pela primeira vez as mortes de Chingundji, Wilson dos Santos, ex-representantes da UNITA em Washington e Lisboa, respectivamente, e seus familiares, numa carta-resposta ao secretário de Estado norte-americano, James Baker, que pedira esclarecimentos sobre as alegadas violações dos direitos humanos na Jamba.

A missiva acrescenta que aquelas pessoas morreram em Novembro de 1991 por ordem do antigo ministro do Interior Miguel Nzau Puna que, entretanto, abandonou a UNITA. Em Janeiro, numa conferência de Imprensa na Cidade do Cabo, Savimbi declarou que Chingundji estava vivo. Na carta a Baker, entregue quarta-feira à noite no Departamento de Estado, Savimbi afirma que Nzau Puna ordenou a morte de Chingundji e Wilson dos Santos depois de ter inventado uma história, segundo a qual eles tinham fugido quando se encontravam sob a sua custódia.

Na carta, de que a emissora "Voz da América" obteve extractos, Savimbi reafirmou acusações anteriores de que Puna era um homem propenso à violência e atribuiu os seus excessos à insatisfação causada por despromoções. Mas Savimbi adianta ainda que "Tito" Chingundji, quando foi chamado à Jamba em 1988, confessou ter tentado derrubar ou envenenar o presidente da UNITA e implicou Wilson dos Santos na alegada conspiração.

Ainda segundo Savimbi, em 1987 e 88, Chingundji manteve contactos autorizados com os dirigentes do MPLA Tito Rodrigues e França Ndalu, recebendo ordens para pôr termo aos encontros

quando Luanda começou a tentar aliciar elementos da UNITA. Disse, contudo, que Chingundji prosseguiu, apesar das ordens em contrário, com os contactos.

A declaração de Miguel Nzau Puna à "Voz da América" refuta ponto por ponto a missiva, começando por declarar que a acusação que lhe é feita de ter morto os dois homens é "sem vergonha". "Nunca pensei que Savimbi fosse tão vigarista e mentiroso", declara o ex-general, sublinhando que o líder da UNITA "sabe que foi ele quem mandou a sua segurança pessoal para os matar". "Eu não tinha razões nem motivos para matar "Tito", Wilson e muito menos as suas famílias".

Puna diz que "Tito" Chingundji, Wilson dos Santos e Jeremias Chitunda (o vice-presidente da UNITA) foram julgados e condenados como agentes da CIA mas, sobre o primeiro, pendia uma acusação extra: "a de ter cometido adultério com a Ana Isabel, mulher de Savimbi, desde 1984", em casa do então representante do movimento em Paris, Paulo Lucato. Segundo Puna, Ana Isabel teria sido também julgada.

O ex-general afirma que Chitunda foi também "severamente castigado" mas acabou por ser "rapidamente reabilitado", "para assegurar as relações da UNITA com os Estados Unidos".

Os filhos de Wilson dos Santos — diz Puna — foram retirados da escola na Jamba em Agosto de 1991 e nunca mais regressaram nem foram vistos.

O dissidente pede a instauração de "um inquérito internacional" que demonstrará "que não foram mortos em Novembro" de 1991, como Savimbi diz, e sugerindo que foram antes.

Nzau Puna conclui a sua resposta com outro desafio: o de que Jonas Savimbi entregue em 48 horas (até sábado), ao embaixador norte-americano em Luanda, 55 cassetes sobre os julgamentos presididos pelo sobrinho do líder da UNITA, Salupeto Pena, que diz estarem arquivadas no gabinete de Savimbi na Jamba. O prazo tão curto destinaria-se a evitar que as gravações pudessem ser adulteradas. ■

PLÁGIO
SEGUNDA-FEIRA 3 ABRIL 1992

Cabo Verde na Expo-92...

A INSULARIDADE de uma cultura mestiça e as suas manifestações, da culinária aos espectáculos, é o que a representação de Cabo Verde se propõe mostrar na Exposição Universal de Sevilha (Expo-92), a inaugurar em Abril. Todas as actividades se relacionarão com o tema "Cabo Verde, País Arquipélago". Nesse contexto, o Comissariado do país convidou dezenas de personalidades em áreas como o artesanato, música, artes plásticas, arquitectura, poesia, romance, história, fotografia, teatro e dança. Em termos financeiros a representação de Cabo Verde recebeu, da Comunidade Europeia, 60 mil ecu, cerca de dez mil contos, enquanto a Espanha pegou a estada dos membros e a feitura do pavilhão. ■

Massacre de catequistas em Inhambane

VINTE E TRÊS mortos foi o resultado de um massacre no Centro Catequético do Guíúia, a menos de dez quilómetros de Inhambane, Moçambique, na madrugada de dia 22 de Março, perpetrado por um conjunto de homens armados, que não foram identificados. Segundo um texto do bispo daquela diocese, ao qual o PÚBLICO teve ontem acesso através de uma fonte bem colocada, 14 famílias de catequistas encontravam-se já naquele Centro, para frequentar um curso de formação que teria início logo a seguir, no dia 23.

Os assaltantes entraram em todas as residências, raptaram as pessoas que não conseguiram fugir, escolheram os que deviam continuar com eles — adolescentes e jovens, na sua maior parte — e mataram os restantes: 23 pessoas ao todo, entre as quais, cinco crianças. "Foi uma barbaridade pura e simples", comentou a nossa fonte, para afirmar que é im-

possível apurar-se quem estaria na origem do massacre.

Entretanto, o padre José Coelho Baptista, 60 anos, que tinha sido raptado pela Renamo no passado dia 1 de Março, foi agora libertado através da Cruz Vermelha, mas necessita de tratamento hospitalar a uma perna partida. José Baptista, natural de Loures, tinha sido raptado na sequência de uma emboscada em que morreram quatro pessoas que o acompanhavam.

Membro do Instituto Missionário da Consolata, o padre Baptista poderá ter que viajar para Itália, Portugal ou África do Sul, dado ter ficado com uma perna partida na sequência do rapto. Em Portugal, a sua congregação religiosa desconhece a gravidade do seu estado de saúde.

Sábado passado, mais nove pessoas terão sido mortas na sequência de uma outra emboscada da Renamo, de acordo com a agência oficial AIM, de Moçambique, citada pela France Presse. Oito outras pessoas ficaram feridas neste atentado que ocorreu em Chonguene, na província de Gaza, no sul do país, a 18 quilómetros de Xai-Xai. A mesma fonte indicava ter sido raptado um número indeterminado de pessoas. ■

Cólera em Moçambique

MOÇAMBIQUE tem 3251 casos de cólera dos 3703 registados em toda a África e declarados à Organização Mundial de Saúde, indicam dados desta organização divulgados em Genebra. O total de doentes, a nível mundial era, a 2 de Abril, 93.585, com 653 mortos, enquanto a 5 de Março os números apontavam para 50.022 casos e 48 mortos. ■

... E FNAC FECHA LOJAS EM MOÇAMBIQUE

A FNAC-Supermercados anunciou ontem que vai encerrar as suas lojas francas em Moçambique no próximo dia 29 de Maio. A decisão surge no seguimento da rescisão, em 9 de Janeiro último, do contrato firmado com o Ministério moçambicano do Comércio, tendo sido dada à FNAC a hipótese de continuar a desenvolver a sua actividade naquele país até final do ano em curso, em condições a negociar entre as duas partes. A FNAC-Supermercados não mostrou interesse por esta proposta, anunciando agora que vai devolver, até 29 de Maio, todas as lojas e outro património pertencente ao Estado moçambicano.

PÃO DE AÇÚCAR ENCERRA SUPERMERCADO EM BISSAU

A cadeia Pão de Açúcar encerrou ontem o supermercado que desde Dezembro de 1980 mantinha na cidade de Bissau, com um prejuízo superior a meio milhão de dólares (cerca de 70 mil contos). Rodrigo Lucena, administrador da empresa proprietária, atribuiu o fecho a "razões puramente financeiras". "O encerramento deveu-se fundamentalmente à incapacidade do Estado guineense em dar resposta à necessidade de divisas da empresa, situação que se agravou com a contínua desvalorização da moeda local", acrescentou. A mesma empresa encerrou há alguns meses atrás um outro supermercado em Bissau, cujos produtos eram vendidos em divisas, também por razões financeiras.

Segurança portuguesa para o Papa em S. Tomé

O GOVERNO português ajudará as autoridades de São Tomé e Príncipe a garantir a segurança do Papa João Paulo II durante a sua visita ao território, em Junho próximo, revelou ao PÚBLICO o ministro são-tomense da Defesa e Ordem Interna, Albertino Sequeira Bragança. Segundo o mesmo responsável, que recentemente se deslocou a Portugal em visita oficial de uma semana, o Executivo português cooperará também com São Tomé na protecção a "todas as individualidades que este ano visitarão" o país.

Além de facilidades ao nível da segurança pessoal, Portugal disponibilizará dois instrutores, incumbidos de preparar uma incorporação militar calculada em mais de uma centena de recrutas e inteiramente financiada por Lisboa.

Sequeira Bragança adiantou que o financiamento português neste domínio se traduzirá, entre outras coisas, em fardamentos, material didáctico e na reabilitação do centro de instrução situado próximo do aeroporto internacional de São Tomé.

Entretanto, as autoridades são-tomenses anunciaram, sexta-feira, a criação de uma comissão nacional de acompanhamento e preparação da visita de João Paulo II ao arquipélago — "o país mais católico da África subsariana", segundo os meios eclesíasticos lo-

cais. De acordo com um comunicado governamental, a comissão integrará os elementos que foram responsáveis pela realização da X Cimeira de Chefes de Estado e de Governo dos PALOP, na cidade de São Tomé, em Março último.

Com a chegada do novo embaixador do Vaticano a São Tomé e Príncipe, o bispo espanhol Félix Blanco Prieto (que exercia idênticas funções na República Dominicana), aguardam-se novos desenvolvimentos nos próximos dias. Segundo fontes eclesíasticas contactadas pelo PÚBLICO, o diplomata da Santa Sé deverá aproveitar a cerimónia de apresentação de credenciais, amanhã, segunda-feira, para discutir com o Presidente Miguel Trovoada a preparação da visita do chefe da Igreja Católica à antiga colónia portuguesa.

Entretanto, as autoridades eclesíasticas terão já chegado a acordo com o Governo sobre o local de realização da habitual missa papal, em que se prevê cerca de 70 mil participantes: o pátio central do Palácio dos Congressos — um majestoso edifício de três pisos cuja construção foi possível graças a uma doação de nove milhões de dólares (mais ou menos 1,3 milhões de contos) por parte do Governo da República Popular da China. ■

Manuel Dende, em São Tomé e Príncipe

Conflito institucional em São Tomé

AS HOSTILIDADES entre o Governo de São Tomé e Príncipe e o Presidente Miguel Trovoada aumentaram consideravelmente nos últimos dias. E o tom dos discursos endurece, à medida que se aproxima a primeira manifestação antigovernamental, marcada para quarta-feira.

No dia 3 uma delegação do Partido da Convergência Democrática-Grupo de Reflexão, há 14 meses no poder, reuniu-se na Presidência da República com Miguel Trovoada, eleito em Março do ano passado, e tentou ultrapassar as divergências existentes. Mas o encontro, de quatro horas, terminou aparentemente com as duas partes mais separadas do que nunca.

Segundo uma fonte da Presidência da República, as propostas do PCD-GR foram consideradas "inaceitáveis", pois que implicariam que Trovoada, de 55 anos, "virasse as costas ao povo", o que o Chefe do Estado de modo algum desejaria fazer.

Durante a reunião, as duas partes trocaram acusações duras, tendo o partido governamental dito a Miguel Trovoada que "deve moderar a linguagem" e não receber mensageiros de quem se manifesta contra o Executivo.

Segundo o PCD-GR, o Presidente da República — ao receber os organizadores da manifestação de dia 8 — "colocou-se imediatamente e necessariamente contra o Governo, o que pode ser deveras negati-

vo para uma vivência democrática duradoura e pacífica".

Sexta-feira à noite, num discurso ao país, o primeiro-ministro Daniel Daio acusou o Presidente Trovoada de, em conjunto com "certos partidos da oposição", dirigir "uma perniciosa campanha de difamação e calúnia" contra a sua pessoa e o Governo.

Daio afirmou que "um alto responsável de um partido da oposição", acusado de mentir às populações acerca da actividade do Governo, alegou que — se fosse chamado a tribunal — apresentaria como testemunha o Chefe do Estado.

"O Governo tem-se pautado por uma procura constante de entendimento, ajuda e diálogo, visando a necessária solidariedade institucional entre os diferentes órgãos e a compreensão do carácter efectivo de cada um" — disse o primeiro-ministro, numa tentativa de demonstrar que o Presidente da República é que anda a originar problemas.

As expectativas estão agora viradas para a manifestação de quarta-feira, durante a qual uma parte da população de São Tomé irá até à Presidência da República, pedir a Miguel Trovoada que demita o Governo de Daniel Daio. E levanta-se a hipótese de o Presidente dissolver a Assembleia Nacional e convocar eleições gerais antecipadas. ■

Manuel Barros, em São Tomé

MANIFESTAÇÃO PROIBIDA EM S.TOMÉ — O Governo de S.Tomé e Príncipe proibiu ontem uma manifestação de protesto contra sua política social. O comunicado oficial declara que o executivo, chefiado por Manuel Gaió, "não tolerará quaisquer acções que possam pôr em risco a legalidade democrática". Foram detidos os organizadores da manifestação, prevista para hoje.

África do Sul

PÚBLICO, QUARTA-FEIRA, 1 ABRIL 1992

Governo multirracial dentro de quatro meses

O PRIMEIRO Executivo sul-africano incluindo representantes da maioria negra estará em funções "dentro de poucos meses" e será ele que supervisionará a transição do país para uma democracia plena — indicou ontem o principal negociador político do Presidente F. W. de Klerk.

O ministro do Desenvolvimento Constitucional, Gerit Viljoen, numa entrevista, recusou-se a mencionar uma data exacta, afirmando que esse tipo de previsões "prejudica muitas vezes um processo em vez de o ajudar".

As menções de "poucos meses" feita por Viljoen ajusta-se bem à proposta apresentada ontem pelo Congresso Nacional Africano (ANC) de Nelson Mandela no âmbito da Convenção para uma África do Sul Democrática (Codesa), fórum de debate da transição.

Na proposta, o ANC fixa o mês de Julho como meta para que a África do Sul tenha o primeiro executivo multirracial, acabando efectivamente com três séculos de domínio da minoria branca. A "luz verde" para que o Presidente de Klerk avançasse com o desmantelamento do regime de "apartheid" foi dada em meados deste mês por cerca de 70 por cento dos eleitores brancos convidados a pronunciarem-se sobre a questão, num referendo.

O plano de transição do ANC inclui uma proposta para eleição de uma assembleia constituinte com 400 lugares; esta, no espaço de quatro meses, ratificaria uma Constituição a ser elaborada por um grupo de 40 especialistas.

A data para a entrada em funções do Governo interino

— que seria, portanto, a primeira fase do período de transição — deve ser anunciada na segunda sessão plenária da Codesa, em 15 ou 16 de Maio.

Desde Fevereiro que a Codesa se encontra dividida em cinco grupos de trabalho. Um deles discute precisamente uma fórmula para um Governo interino, os outros analisam a futura Constituição, disposições para a transição, reincorporação dos bantustões nominalmente independentes na África do Sul e o ajustamento possível entre os vários calendários propostos pelas 19 partes presentes na Convenção, entre as quais o Executivo branco.

As divergências são várias. O ANC, por exemplo, não prevê que o Governo interino dure mais de quatro meses, enquanto as actuais autoridades e o partido zulu Inkhata se recusam a fixar um prazo.

Por outro lado, o movimento de Nelson Mandela rejeita a proposta governamental de divisão da assembleia em duas câmaras, numa das quais — a Alta — minorias como os brancos disporiam de diversas prerrogativas como, por exemplo, direito de veto.

O partido Inkhata continua entretanto a rejeitar a realização de eleições até que a violência de cariz político e comunitário impere nas áreas de maioria negra. Na madrugada de ontem, por exemplo, novas acções desencadeadas por grupos de homens armados nas grandes cidades negras dos arredores de Joanesburgo resultaram em mais oito mortos. ■

Estreita-se o fosso entre Pretória e ANC

EXPRESSO, SÁBADO 4 DE ABRIL DE 1992



O GOVERNO da África do Sul e o Congresso Nacional Africano (ANC) ficaram esta semana mais próximos de um entendimento quanto à forma de criação de uma Assembleia que irá redigir a futura Constituição não-racial do país.

Em negociações a decorrer à margem da CODESA, Pretória apresentou novas propostas que vão ao encontro das exigências há muito feitas pelo movimento de Nelson Mandela: dois terços da assembleia constituinte devem, segundo o ANC, resultar de um sufrágio universal, sendo os restantes deputados escolhidos de acordo com um sistema proporcional que garanta a representação das principais forças políticas do país.

Um porta-voz governamental afir-

mou mesmo que as únicas diferenças relativamente ao ANC prendem-se com a protecção das minorias, as percentagens que um partido deve atingir para poder ter acesso à Assembleia constituinte e a forma como as duas Câmaras parlamentares se deverão estruturar. Recorde-se, neste contexto, que o ANC recusa a proposta de De Klerk para que uma dessas Câmaras seja exclusivamente reservada às minorias.

Entretanto, o Governo recuou nas intenções, manifestadas logo após a vitória concludente do «sim» no referendo, de voltar a aplicar as penas de morte. Pretória anunciou agora que as execuções continuarão a ser proibidas no país, protelando portanto a moratória de dois anos sobre as condenações à morte.

PÚBLICO

DOMINGO, 5 ABRIL 1992

Violência na África do Sul

ATACANTES que dispararam armas de fogo, lançaram pedras e utilizaram navalhas chacinaram na sexta-feira à noite 20 pessoas, incluindo duas crianças, num acampamento de casas rudimentares na zona de Kaitshong, a Leste de Joanesburgo, elevando assim a mais de 30 o número de sul-africanos mortos pela violência num período de 24 horas. A polícia disse que os assaltantes falavam xhosa e que deveriam estar a vingar-se do facto de em 1990 haverem sido expulsos daquela zona, essencialmente habitada por zulus. Entretanto, o movimento negro radical PAC anunciou que em breve vai conferenciar, na Nigéria, com o Governo de Pretória. ■

PÚBLICO, SEGUNDA-FEIRA, 6 ABRIL 1992

Mandela e Winnie: divórcio à vista

O CONGRESSO Nacional Africano (ANC) recusou-se, ontem, a comentar notícias segundo as quais o presidente Nelson Mandela e a sua mulher Winnie vão separar-se. Um amigo da família reconheceu que o casamento atravessou uma crise, mas concluiu que "Mandela ama Winnie". O "Sunday Times" de Londres publicou ontem, baseado em afirmações de um alto dirigente do ANC, a notícia de que o divórcio estaria iminente e que Winnie deixaria em breve o partido, retirando-se da vida política. (ver p. 11)

PÚBLICO

SEGUNDA-FEIRA, 6 ABRIL 1992

Mandela deixa Winnie

NELSON e WINNIE MANDELA vão separar-se, devendo ela afastar-se do ANC e da política — escreveu ontem o semanário britânico "Sunday Times", citando fontes do Congresso Nacional Africano. A decisão teria sido tomada depois de uma antiga colaboradora de Winnie, Kholiswa Falati, ter dito que mentira durante o julgamento, no ano passado, a fim de tentar impedir a condenação daquela que já tem sido referida como "a mãe da pátria". Ambas aguardam em liberdade nova decisão dos tribunais, depois de terem recorrido de uma sentença que as condena a seis anos de cadeia por rapto de quatro jovens e cumplicidade nos maus tratos que lhes foram infligidos. Segundo a notícia publicada em Londres, foi o próprio líder do ANC quem pediu à mulher para se retirar da política (depois dos muitos prejuízos causados à imagem do movimento). ■

Nova ordem democrática para a África do Sul

EXPRESSO, SÁBADO 4 DE ABRIL DE 1992

PASSADO o referendo de 17 de Março, é importante rever o papel que a Codessa desempenha e tem desempenhado no processo de negociações para uma nova África do Sul.

Os principais intervenientes na cena política sul-africana iniciaram no final de Dezembro de 1991, importantes negociações sobre uma nova ordem política e constitucional para a África do Sul, que seja verdadeiramente democrática e não racial. O «forum» para estas importantes negociações é a Convenção para uma África do Sul Democrática, conhecida por Codessa.

O processo foi desencadeado em 2 de Fevereiro de 1990, quando o Presidente F.W. de Klerk, na abertura do Parlamento, anunciou a legalização de várias organizações, incluindo o Congresso Nacional Africano (ANC), Congresso Pan Africano (PAC) e o Partido Comunista Sul-Africano (SACP), bem como uma vasta gama de iniciativas, em conformidade com as acções políticas que tomara com vista a normalizar a situação na África do Sul através da criação de um clima político menos tenso e mais estável. Este anúncio procedeu em nove dias a libertação do líder do ANC, Nelson Mandela.

Nos meses seguintes, registaram-se outras acções na construção duma nova África do Sul, que incluíram a libertação de presos de segurança, considerados pelo ANC, PAC e outras organizações como presos políticos, o regresso dos exilados políticos e o termo do estado de emergência, bem como o início das «conversações sobre conversações», primeiro em Groot Schuur, na Cidade do Cabo, em 4 de Maio de 1990 e depois na Presidência em Pretória, em 6 de Agosto de 1990.

Desenvolvendo estas iniciativas, o Governo apresentou legislação no Parlamento, em 1991, visando a abolição de várias leis consideradas os pilares do «apartheid», incluindo a Lei das Áreas de Grupo, as Leis da Terra, a Lei do Registo da População e a Lei do Desenvolvimento das Comunidades Negras. Estas foram as últimas leis discriminatórias a serem retiradas do Código Civil. Com estes desenvolvimentos, as organizações políticas começaram a preparar-se para as negociações substanciais necessárias para elaborar uma nova constituição. Foi geralmente aceite que os dois principais intervenientes, pelo menos nessa fase, seriam o Partido Nacional (NP), no Governo, e o ANC. Porém, outros partidos e organizações teriam de participar nas negociações, incluindo os partidos com assento parlamentar, grupos extra-parlamentares e representantes das circunscrições dos estados nacionais.

Frente Patriótica

Foi também geralmente aceite que a medida que as

Apesar das notas discordantes, foi geralmente reconhecido que a Codessa seria o «forum» de negociações mais importante desde a Convenção Nacional de 1909, que viu o estabelecimento da União (mais tarde República) da África do Sul.

P.A. Swanepoel*

negociações progredissem seriam forçadas alianças, que poderiam vir a ser reavaliadas. Um primeiro exemplo foi a criação em Durban, em Outubro de 1991, da Frente Patriótica (FP). Constituída por mais de 75 organizações políticas, sindicais e outras organizações, a FP foi, essencialmente, uma tentativa de grupos de esquerda para formarem uma frente contra o NP e os seus potenciais aliados. Os três principais defensores da FP foram a Aliança ANS/SACP, o PAC e a Organização do Povo Azanico (Azapo), que criaram uma comissão para organizar o lançamento da FP em Durban. No entanto, ainda antes daquela acção, o Azapo abandonou os seus parceiros da FP devido à exigência, não aceite pelo ANC e PAC, que partidos (como o Partido Democrático representado no Parlamento) que haviam feito ou faziam parte da «estrutura do apartheid» não deveriam ser autorizados a aderir. No mês seguinte, houve uma segunda criação, quando o PAC se opôs aos procedimentos das conversações realizadas, a fim de preparar a Codessa e, desde então, a FP deixou de constituir um factor na política sul-africana.

Como consequência daqueles desenvolvimentos, o PAC, o Azapo e outros grupos, têm liderado uma campanha à esquerda do espectro político, opondo-se à Codessa e ao processo das negociações. Simultaneamente, tem havido oposição da direita à Codessa.

Ao longo de todo o processo que conduziu à criação da Codessa, um dos principais obstáculos à resolução negociada dos problemas da África do Sul e a um acordo pacífico tem sido a violência contínua no país. Preocupados com a violência, ao mesmo tempo que aumentavam as expectativas duma reconciliação nacional, 29 organizações políticas, estatais e sindicais, entre as quais o Governo e o ANC, assinaram em 14 de Setembro de 1991, em Joanesburgo, o Acordo Nacional de Paz e concordaram na criação duma Comissão Nacional de Paz e dum Secretariado para a Paz.

Apesar da violência e das querelas políticas, a África do Sul aproximava-se inexoravelmente da Codessa e da esperança num futuro melhor. Em 29 e 30 de Novembro de 1991, 20 partidos reuniram-se para planejar negociações em grande escala. Nesta reunião foi acordado o lançamento de negociações para uma nova constituição, a realizar em 20 e

21 de Dezembro de 1991. Ficou acordado que o «forum» seria designado Convenção para uma África do Sul Democrática. Chegou-se igualmente ao acordo de que 12 delegados de cada um dos 20 partidos representados na reunião preparatória seriam convidados a participar na Codessa, bem como representantes de partidos à esquerda, tal como o Azapo, e à direita, nomeadamente o Partido Conservador (CP), a oposição oficial. Foi ainda acordado que o Governo seria representado na Codessa por uma delegação independente do NP, mas sem direito de voto. Foi nomeada uma comissão para organizar a reunião da Codessa.

Inkatha discorda

Duas notas discordantes soaram na reunião preparatória. O PAC, que decidiu participar apesar da discordância de alguns dos seus apoiantes, abandonou a reunião no segundo dia, acusando o Executivo e o ANC de terem tomado decisões antipopulares.

A segunda nota discordante surgiu do Partido Inkatha, que exigiu que o Governo do Kwazulu e o Rei da nação Zulu fossem representados na Codessa por delegações independentes. O Inkatha, apoiado maioritariamente por zulus, sustenta que é um partido com representatividade nacional, transcendendo as barreiras étnicas e raciais e, devendo portanto ser representado na Codessa a nível individual, que o Governo de Kwazulu e uma identidade independente do Inkatha e deve ser representado individualmente como no caso do Governo central e do NP e que o Rei Goodwill Zwelithini, chefe de uma grande nação dentro do país, tem um papel vital a desempenhar no estabelecimento duma nova África do Sul. A comissão rejeitou o pedido do Inkatha e Mangosuthu Buthelezi, Primeiro-Ministro do Kwazulu, anunciou que não participaria na Codessa devido à «ofensa» contra o seu Rei. No entanto, o Inkatha decidiu participar na Codessa.

Apesar destas notas discordantes, foi geralmente reconhecido que a Codessa seria o «forum» de negociações mais importante desde a Convenção Nacional de 1909, que viu o estabelecimento da União (mais tarde República) da África do Sul.

A Codessa decidiu criar cinco grupos de trabalho para analisar o estabelecimento dum



clima apropriado a livre participação política e o papel da comunidade internacional, investigar vários princípios e modelos constitucionais, analisar modalidades de transição incluindo uma autoridade de transição, estudar o futuro dos estados nacionais, e determinar os prazos para o processo de negociações.

O espírito de esperança e reconciliação da Codessa foi afectado negativamente por uma confrontação entre Mandela/De Klerk. O confronto foi sanado nos bastidores e a Codessa salvou-se.

O PAC e o Azapo, geralmente considerados os dois principais «movimentos de libertação» a seguir à aliança ANC/SACP, estiveram ausentes da Codessa e do processo de negociações. A estes, foram-se juntando partidos como o Movimento de Consciencialização Negra da Azania (BCMA), um grupo alente exilado que após a ideologia do falecido Steve Biko.

O PAC, que defende um único Estado pan-africano para o continente, no qual apenas terão voz política cidadãos «africanos» fiéis à África, não participou na Codessa devido às acções «não democráticas» do Governo e do ANC e à reivindicação duma assembleia constituinte e dum governo democrático e representativo. O Azapo, cuja ideologia abraça a consciencialização negra e o marxismo-leninismo, também reivindicou uma assembleia constituinte eleita em eleições livres e universais e encara a assembleia constituinte como o único mecanismo viável para a elaboração duma nova constituição.

Ameaças extremistas

Além do ANC, o PAC também possui uma ala armada, o Exército de Libertação do Povo Azanico, a trabalhar no exílio e que durante a realização da Codessa reivindicou uma série de ataques contra a Polícia. O PAC ameaçou estabelecer uma ala armada no interior do país. O Azapo comprometeu-se em «continuar a luta em todas as suas formas até à libertação total», enquanto que o BCMA defende uma «luta militante». Além de manter o Umkhonto we Sizwe em reserva, o ANC mantém aberta a hipótese de realizar «acções de massas».

Um sem-número de organizações de extrema-direita opõem-se à Codessa e às negociações. Vão desde grupos pouco conhecidos com um pu-

nhado de apoiantes ao Partido Conservador (CP) que detém 41 dos 178 assentos no Parlamento. O líder do CP, Andries Treurnicht, recusou repetidos convites para aderir à Codessa, que considera «um golpe de estado da aliança entre o NP, ANC e Partido Comunista» e reivindicou a suspensão da Codessa e a convocação das eleições gerais.

Jaap Marais, líder do Herstigte Nasionale Party, por seu turno, descreveu a Codessa como uma «traição camuflada» e de «capitulação a forças estrangeiras». O Afrikaaner Weerstandsbewinging, que possui unidades armadas, disse que «qualquer tentativa da Codessa de impor discussões ou acções ilegítimas será considerada como uma declaração de guerra».

Apesar da oposição da extrema-direita e extrema-esquerda, o processo de negociações, centrado na Codessa, está bem encaminhado, embora ainda seja necessário esclarecer outras questões.

Uma delas é a relação entre a Codessa e o Parlamento, cuja sessão decorre na Cidade do Cabo. O Parlamento é o único órgão legislativo legítimo sob a actual Constituição. Porém, enquanto prosseguem os trabalhos do Parlamento, um «forum» extraparlamentar, não eleito mas representativo de um vasto espectro da opinião pública, também se encontra reunido sob a forma da Codessa. Abriu-se assim o caminho à interacção entre o Parlamento e a Codessa, que poderá permitir uma troca de pontos de vista sobre o futuro do país.

De Klerk sugeriu a possibilidade de constituir um novo Parlamento, por forma a incluir «toda a população de modo equitativo» e disse que o Executivo estava disposto a aceitar um governo de transição eleito democraticamente, que iria partilhar o poder, governar o país e negociar uma nova constituição.

Embora todos os partidos concordem basicamente na necessidade de uma carta dos direitos humanos, o NP insiste também na inclusão dos direitos das minorias ou de grupo, o que é contestado pelo ANC, que defende que a inclusão dos direitos deve servir para proteger os direitos de comunidades específicas.

No entanto, o ANC está disposto a aceitar a representação proporcional num futuro sistema eleitoral e a proposta do NP visando a criação de governos regionais é aceite pelo ANC em a condição de estes serem estabelecidos no contexto duma África do Sul unitária e não com base em etnias.

Uma questão da maior importância que tem originado uma grande divergência de opiniões é saber se o país deve ser o Estado unitário, defendido pelo ANC, uma federação ou uma confederação, tal como proposto pelo NP e pelo Inkatha, entre outros.

* Embaixador da África do Sul